

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

Edith Jacqueline León Orellana

A transformação da “Concertación” no Poder

Porto Alegre, 2012

Edith Jacqueline León Orellana

A transformação da “Concertación” no Poder

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, para a obtenção do grau de Mestre em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Mauricio Assumpção Moya

Porto Alegre, 2012

FICHA CATALOGRAFICA

León, Edith Jacqueline Orellana

**A Transformação da Concertación no Poder – Porto Alegre (RS),
2012.**

Dissertação (Mestrado – Programa de Ciências Políticas)

Orientador: Prof^o Dr Mauricio Assumpção Moya

1. Política 2. Chile 3. Eleitor Mediano

Edith Jacqueline León Orellana

A transformação da “Concertación” no Poder

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, para a obtenção do grau de Mestre em Ciência Política.

Orientador: Prof Dr. Mauricio Assupção Moya

Aprovado em 28 de julho de 2012

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Ligia Mori Madeira – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Paulo Peres – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Henrique Carlos Oliveira de Castro – Universidade de Brasília

Porto Alegre – RS

2012

Gracias a la vida que me ha dado tanto...

A meus pais: Sergio e Rosa

AGRADECIMENTOS

Certamente, os primeiros agradecimentos são para o Brasil, pois graças a este país pude fazer a minha graduação e pós-graduação numa grande Universidade.

Devo dizer que a existência de um organismo dedicado à pesquisa e à investigação no Brasil é um grande fato para quem depende dos recursos para poder continuar estudando e pesquisando. Contudo, a importância deste organismo não só é um auxílio para o Brasil, senão que também para a pesquisa Latino-Americana. Logo o auxílio dado pelo CNPQ para mim foi primordial para a finalização do meu trabalho.

Gostaria de agradecer ao professor Doutor e amigo Iván Araya da Universidade de Concepción, por me ter orientado com o tema, quando estava procurando no Chile, um tema para continuar meus estudos de mestrado no Brasil. Agradeço a ajuda como coorientador, pois sempre que tive alguma dúvida ele me ajudou a solucionar. Também agradeço a todos os professores, amigos e funcionários que me ajudaram quando precisei, em especial a Helena Cuevas, Maria Luiza Machado e Bruno Stefani.

Não devo esquecer que o gosto pela política foi incentivado por meu pai, Sergio León Córdova, que sempre discutiu comigo e me mostrou as coisas boas que tem o estudo e a cultura. A minha mãe Rosa Orellana Pizarro, que me incentivou para vir estudar no Brasil.

RESUMO

O sistema binominal chileno tem características próprias, que modificam o sistema binominal tradicional de Anthony Downs. Por isto torna-se interessante estudar como este tem se desenvolvido numa conjuntura nacional que está em debate permanente, já que o sistema multipartidário e o sistema binominal continuam sendo objeto de debates na política chilena.

O sistema binominal pós-ditadura é uma questão determinante na história recente do Chile e que vai marcar o pensamento e a organização atual do país. Neste contexto, surgem novos atores na política nacional, assim como os partidos políticos ou movimentos sociais.

A opinião sobre as políticas públicas e sua relação com as preferências do eleitor são estudadas aqui como um referente de reformulação de políticas públicas e mudanças conjunturais da realidade política dos atores políticos chilenos.

Na esfera das relações internacionais, o Chile voltou a se posicionar no mundo das relações diplomáticas e a assinar acordos comerciais com muitos países com os quais não mantinha relações desde 1973 e, assim passou a ser reconhecido pelo mundo como um país negociador e capaz de governar-se como uma democracia.

Palavras Chaves: Estado, Democracia, Institucionalidade, Racionalidade, Sistema Eleitoral Binominal, Eleitor Mediano, Chile.

ABSTRACT

The Chilean binominal system has its own characteristics, that changed the traditional binominal system of A. Downs. It becomes interesting to study how it has developed in a context of an ongoing national debate, as the multiparty system and binominal system is still subject of debate.

The post-dictatorship binominal system is a determinant issue in the recent history of Chile and it leaves prints on the political thought and the current organization of the country. In this context, new actors emerge in the national politics, such as the political parties or social movements.

The public policies and its relation to the electoral preferences are studied here as a reference for the recasting of public policy and political reality of the exchange term of Chilean political actors.

In the sphere of international relations, Chile returned to place itself in the world of diplomatic relations and to sign commercial agreements with many countries which it did not keep diplomatic relations since the institutional rupture in 1973 and so it started to be recognized by the world as a negotiator country and able to govern freely in a new democracy.

Key Words: State, Institutional, Rational, Binomial Electoral System, Median Elector, Chile

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	69
TABELA 2	70
TABELA 3	70
TABELA 4	71
TABELA 5	72
TABELA 6	72
TABELA 7	73
TABELA 8	73
TABELA 9	74
TABELA 10	74
TABELA 11	75
TABELA 12	75
TABELA 13	76
TABELA 14	77
TABELA 15	77
TABELA 16	78
FIGURA 1.....	22
GRÁFICO 1.....	62
QUADRO 1.....	34
QUADRO 2.....	35
QUADRO 3.....	62
QUADRO 4	63
QUADRO 5	65

SUMÁRIO

1 . INTRODUÇÃO	11
1.1 Breve histórico	14
1.2 Marco Teórico.....	23
2 . RACIONALIDADE	
2.1 Conceito de eleitor Mediano.....	29
2.2 A Racionalidade e Teoria Racional.....	30
2.3 O Fator Econômico Determinante.....	32
2.4 O Movimento do Eleitor Mediano e suas Consequencias.....	37
2.5 Relação Estado-Sociedade Civil.....	37
3 . SISTEMA ELEITORAL	
3.1 O Sistema Binominal.....	39
3.2 Sistema Eleitoral Chileno.....	41
4 . SISTEMA DE PARTIDOS POLÍTICOS	
4.1 Sistema de partidos políticos	42
4.2 Sistema de Partidario.....	46
4.4 Dos Governos da Concertación e Alianza por Chile.....	47
4.4.1. Governo do Presidente Patricio Aylwin.....	47
4.4.2. Governo do Presidente Eduardo Frei Ruiz Tagle.....	49
4.4.3. Governo do Presidente Ricardo Lagos.....	50
4.4.4. Governo do Candidato Joaquín Lavín.....	52
4.4.5. Governo da Presidente Michelle Bachelet.....	55
4.4.6. Governo do Candidato Sebastián Piñera	56
5 . ECONOMIA-POLÍTICA DA “CONCERTACIÓN”	
5.1 A Economia Concertacionista.....	57
5.2 O Governo de Aylwin.....	58
5.3 O Governo de Frei.....	59
5.4 A Grande Chave Desta Discussão.....	60

5.1 Pobreza e Distribuição.....	60
5.2 Políticas Públicas e Políticas Sociais.....	63
5.3 O Princípio e o Fim da Concertación.....	64
5.4 Cruzamentos Principais.....	68
5.4.1 Ano 1990.....	69
5.4.2 Ano 1993.....	72
5.4.3 Ano 1999.....	74
5.4.4 Ano 2005.....	75
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	79
REFERENCIAS.....	84

1 INTRODUÇÃO

O Chile voltou à democracia após 17 anos de uma violenta ditadura. Pode-se afirmar que, por muitos anos, esse país só era conhecido mundialmente por esse fato, ocorrido depois de uma trama gestada por vários atores políticos nacionais e internacionais para derrubar o governo de Salvador Allende (1970-1973), e que finalmente ocorreu no dia 11 de setembro de 1973.

No ano 1989, Chile volta a ser democrático, após o plebiscito do dia 5 de outubro de 1988. Esse dia foi histórico e tenso, pois todos os atores políticos esperaram até altas horas da madrugada para que General Augusto Pinochet assumisse que tinha perdido o plebiscito. Era evidente que a primeira eleição para presidente da república e abertura do congresso aconteceria no dia 14 de dezembro, depois de ter sido interrompida por anos.

Então, partidos e grupos políticos se reuniram em uma coalizão para fazer frente a Pinochet e à direita, chamada de Concertación. Esta nova eleição foi disputada entre os dois grupos, e o resultado foi 51% para coalizão da “Concertación”, liderada por Patricio Aylwin, 29,15% para “Coalizão por el Cambio”, liderada por Buchi, e para o partido de centro centro 16,33%, liderado por Francisco Errazuriz.

Finalmente, a coalizão “Concertación” venceu e governou o Chile entre os anos 1990 e 2010. Esteve vinte anos governando, e converteu-se numa das poucas coalizões no mundo que conseguiu manter-se por tanto tempo no poder (HUNEEUS, 2005. p. 71). Tal fato torna interessante o assunto, devido a sua singularidade, na hora de optar pelo desenvolvimento de uma pesquisa. O objetivo desta dissertação é entender por que a Concertación se manteve tanto tempo no poder?. O debate sobre a perda recente das eleições para o período 2010-2014 por parte da Concertación e a transformação da mesma no poder é a principal questão a ser debatida no Chile pelos integrantes dessa coalizão e pela intelectualidade em geral. Os integrantes da mesma coalizão não conseguem entender por que, mesmo com um apoio impressionante de 80% à Presidente Bachelet não conseguiu transpassar ao candidato da Concertación, esse apoio significativo nas eleições de dezembro de 2009. Esta é principal transformação que teve a Concertación no poder, quer dizer, a coalizão de

centro-esquerda e seu projeto de governo se distanciaram das preferências do eleitor até finalmente perder o poder.

No entanto, em 2009 o eleitor mediano chileno se decidiu por um governo de centro-direita, cujo presidente é Sebastián Piñera (2010-2013). O que podemos deduzir é que o eleitor escolheu uma nova coalizão que está mais próxima dos seus interesses, optando por um novo desafio ideológico, depois que a direita esteve ausente do poder durante 52 anos.

Analisaremos as variáveis que se apresentam na conjuntura do Chile entre os anos 1989-2009 e, iniciaremos esse estudo pela variável independente das preferências do eleitor e o sistema binominal, questões preponderantes à realidade chilena, hoje. Como variáveis dependentes que são as votações dos partidos políticos “Concertación” (PDC+PS+PRSD+PPD) e Alianza de Partidos UDI e RN.

Os dados deste trabalho foram obtidos com entrevistas feitas pelo CEP (Centro de Estudios Públicos) entre os anos 1990 e 2005, nas quais podemos ver como as porcentagens de apoio às políticas sociais durante os governos da “Concertación” se mantiveram estáveis. Trabalhar com dados estatísticos dos quais se podem fazer várias interpretações é algo instigante, mais interessante ainda quando eles vão revelando mistérios desconhecidos para o pesquisador.

Para deixar claro, no Chile, existem vários centros de pesquisa eleitorais que, mesmo quando não há eleições presidenciais monitoram os índices de aprovação, mês a mês, do presidente da república e seus ministros. O CEP e Adimark são os centros que mais se destacam nesta tarefa.

O presente estudo divide-se em cinco partes incluindo esta introdução, onde a seguir serão abordados alguns aspectos anteriores da volta à democracia no Chile e que são importantes e relevantes para o que acontece hoje.

O segundo capítulo, falará sobre o teorema do eleitor mediano, fazendo uma descrição dos pontos que fazem parte da teoria da ação racional e sua relação entre o Estado e a sociedade.

O terceiro capítulo descreverá o sistema eleitoral binominal, trazendo uma descrição dos dados e da metodologia incluindo a descrição como se estimará o modelo para demonstrar a hipótese.

O quarto capítulo apresentará o Sistema de Partido Políticos, por meio dos resumos dos programas presidenciais e da conjuntura econômica e política do sistema político chileno.

No quinto capítulo, será feita uma análise global dos governos da Concertación em relação a economia política da coalizão no poder.

Finalmente, são apresentadas as conclusões pertinentes.

1.1 Breve histórico

A coalizão chilena “Concertación por los partidos” assumiu o poder no dia 11 de março de 1990, com um projeto de renovação ao quadro apresentado até então pela ditadura. As metas da “Concertación” abrangiam os direitos humanos, a superação da pobreza e a abertura do mercado e do país ao mundo. O Chile não se destacava no panorama mundial, depois de 17 anos de ditadura violenta, e precisava integrar-se ao mundo globalizado dos anos 90.

A “Concertación”, no primeiro mandato, foi dirigida por Patricio Aylwin, do partido da Democracia Cristã (DC). Foi o candidato de consenso para assumir a presidência. Esse período foi chamado de “transitório”. O mandato de Aylwin durou desde 1990 até 1993. Durante este governo, o General em chefe das Forças Armadas continuou sendo Augusto Pinochet Ugarte. O país continuava sob clima de medo, que se agravou quando o grupo de esquerda revolucionário “Frente Patriótico Manuel Rodríguez” assassinou o senador da UDI, Jaime Guzmán, ideólogo e colaborador de Pinochet.

A integração do Chile ao mercado exportador, com a abertura de novos mercados e assinatura de tratados, permitiu que o país pudesse melhorar economicamente. Criou-se a “Comissão de Verdade e Reconciliação” para poder investigar com detalhes a quantidade de pessoas desaparecidas e torturadas. Para poder trabalhar, esta comissão teve de submeter-se às exigências que ainda mandavam sorrateiramente no país (ZALAUQUET, José. p.100).

A transição chilena esteve sujeita a diversas restrições. Algumas, como o decreto lei de anistia de 1978, foram de natureza legal, outras foram de tipo constitucional-institucional, como o sistema eleitoral binominal. Diversas instituições não democráticas (composição do Senado, que incluía um número de senadores designados; a existência de um Conselho de Segurança Nacional que outorgava um papel desmedido às Forças Armadas na discussão de certas políticas públicas; o estatuto das Forças Armadas que limitava os poderes tradicionais do presidente para designar ou remover os altos mandos)

subsistiram até a reforma constitucional realizada no ano de 2005. Um terceiro tipo de restrições tinha um caráter que se costuma chamar de fático, como a renúncia das Forças Armadas a colaborar nos problemas pendentes de direitos humanos e sua pressão sobre autoridades civis.

Para uma reintegração digna ao país, outorgou-se facilidades para os exilados, que, por exemplo, puderam voltar trazendo carros importados (foi criado um desconto alfandegário especial), entre outras coisas. Em matéria de educação, aos poucos, voltaram as autoridades civis, pois eram os militares que estavam administrando o setor, principalmente no caso das Universidades, As disciplinas e matérias ensinadas deixaram de ser censuradas, dando um alívio aos professores. Em matéria de salários, também tiveram um reajuste. O investimento em saúde pública também foi favorecido. O exercício de devolver o país à normalidade deu autonomia ao governo para pensar em políticas públicas adequadas.

A falta de equidade foi uma característica gestada durante a ditadura, e o combate à desigualdade tem sido a principal bandeira de luta da Concertación. Entretanto, apesar dos esforços, não conseguiu eliminá-la em seus anos no poder. A falta de equidade tem destruído lentamente o tecido social do país, criando um mal estar generalizado entre os chilenos. (MUÑOZ GOMA, 2007, p. 11) O equilíbrio entre eficiência e equidade não tem sido fácil, porque apela para duas lógicas diferentes, vistas por muitos como as duas almas da Concertación. A Concertación assumiu o poder prometendo mais equilíbrio na distribuição da riqueza. É uma estratégia que tem evitado simplismos como “primeiro crescer, depois distribuir” ou “o mercado para criar a riqueza, e o Estado para redistribuí-la”. A pobreza e a falta de oportunidades são um desperdício não só sociais senão também econômico. Não atendê-las significa postergar um crescimento maior. Isto foi frustrando cada vez mais os partidários da Concertación, e com o passar do tempo foi levando muitos a abandoná-la, diminuindo os seus índices de apoio.

A formação da “Concertación” se constituiu e concretizou no ano de 1988, para concorrer contra a ditadura do general Pinochet no Plebiscito histórico desse mesmo ano com o qual se dava início da volta à democracia.

Para entender como se chegou a esta saída democrática, diremos que foi na Constituição Política de 1980, na qual se estabeleceram os princípios e a forma democrática para sair da ditadura. Com isto dava-se início a um período transitório. Então, um grupo de 18 partidos e movimentos de centro-esquerda, passou a se chamar “Comando del NO”, que significava não a Constituição de 1980 e continuação de Pinochet no poder por mais alguns anos. Estes partidos e movimentos, que assinalamos abaixo, seriam os que enfrentariam Pinochet no Plebiscito do dia cinco de outubro de 1988. O lema deste grupo era: “**La**

alegría ya viene” 

Os partidos e movimentos foram os seguintes:

1. Partido Democrata Cristão, **DC**;
2. Partido Radical de Chile;
3. **Partido Social Democracia de Chile**;
4. **Partido Unión Liberal Republicana**;
5. **Partido Radical Socialista Democrático**;
6. Partido Humanista de Chile;
7. Partido Los Verdes;
8. Partido Democrata Nacional PADENA
9. Partido Unión Socialista Nacional USOPO;
10. Partido Socialista-Almeyda;
11. Partido Socialista-Nuñez
12. Partido Socialista Histórico;
13. Partido por La Democracia;
14. Movimiento de Acción Popular Unitário MAPU
15. Movimiento de Acción Popular Unitário Obrero Campesino MAPU-OC
16. Partido Izquierda Cristiana
17. Partido Comunista de Chile
18. Movimiento de Izquierda Revolucionário MIR.

Deve-se dizer que os que apoiavam à situação eram:

1. Partido de Renovación Nacional
2. Partido Avanzada Nacional

3. Movimiento UDI (Unión Demócrata Independiente)
4. Partido Nacional
5. Partido Demócrata Radical
6. Partido Del Sur
7. Partido Democrático de Chile PADECHI
8. Partido Liberal Demócrata de Chile
9. Partido Socialdemócrata de Chile
10. Gran Frente de Chile

Dois meses após ter conseguido ganhar o plebiscito, o comando pelo “No”, que agrupava a esquerda chilena, inicia a corrida para a presidência do Chile. Nesse primeiro período de transição se formariam os dois grupos que dariam início ao sistema eleitoral bipartidário no Chile. Segundo o ideólogo deste sistema, Dom Arturo Marín Vicuña, subsecretário do Conselho de Estado no governo de Pinochet, este sistema substituiria o sistema multipartidário aberto, pois os problemas com os quais o Chile tinha-se deparado durante governo de Salvador Allende eram culpa deste sistema. O sistema eleitoral binominal permite que se façam dois grandes grupos e que os partidos se agrupem em coalizões com o objetivo de ir diminuindo os partidos políticos. Segundo Marín Vicuña, “nós não fizemos o sistema binominal para que nos acomodasse, mas sim para que nos desse a oportunidade de governar”. (SALAS LIND, 2006)

O número de partidos eleitorais e parlamentares se mantém estáveis no Chile durante o período pos-autoritário é, mais ou menos, o mesmo que antes da ditadura. Os reformadores do regime militar subestimaram a fortaleza dos partidos políticos chilenos até o ponto de que o sistema de partidos políticos tradicional poderia ressurgir. Apesar das fortes tendências redutoras do número de partidos do sistema eleitoral, os partidos políticos chilenos idearam um elaborado sistema de negociações e acordos para assegurar sua representação no Parlamento e contrarrestar os efeitos redutores do sistema. (SIAVELIS, 2005 p. 13)

Na atualidade, a coalizão de partidos de centro-esquerda está constituída pelos mesmos partidos de sua origem (DC, PS, PPD, PRSD),

enquanto a direita está constituída na Alianza por Chile por UDI e RN. Estas duas coalizões são as que têm governado desde 1989 até o presente. Porém, deve-se ressaltar que existem diversos partidos menores que fazem parte do sistema partidário chileno, mas não fazem parte das coalizões e que negociam a cada eleição para continuar na luta por fazer parte do sistema eleitoral binominal

. Deste modo fica demonstrado que o sistema não diminuiu, senão que se manteve o mesmo número de partidos ou similar ao tido antes da ditadura, mas com uma representatividade menos expressiva. Os pequenos partidos lutam por permanecer ativos e crescer a cada eleição através dos pactos que realizam. Os quatro partidos grandes que fazem parte da Concertación tem incentivado a participação nas eleições para prefeito e “concejal”¹ porque assim incentivam os seguidores dos partidos pequenos a votar também nas eleições presidenciais.

Desta forma, deixamos claro como foi o momento de transição na política chilena no qual o novo ordenamento das forças políticas voltou-se para organizar a reabertura das instituições estatais, antes fechadas pela ditadura.

Mas houve algo que a ditadura fizera muito bem: o modelo econômico. E “[...] o modelo concertacionista não é mais que a continuidade do modelo econômico da ditadura” (SALAZAR, 2005. p.36). Na verdade, o que priorizou a Concertación com este modelo foi, por um lado, um sistema de mercado aberto e competitivo e, por outro, um sistema social focalizado na proteção dos grupos mais necessitados, permitindo a criação de oportunidades para os setores mais vulneráveis. (MUÑOZ GOMÁ, 2007. p. 11). Por isto, é muito compreensível a decepção da classe media com os governos da Concertación e este descontentamento foi crescendo no tempo.

Depois de 17 anos de ditadura, os chilenos estavam contentes e voltavam a falar de política, da possibilidade de encarcerar os culpados pelos desaparecidos, torturados e exilados. Embora o tempo e os anos tenham mudado, os índices eleitorais das primeiras eleições não foram os índices

¹ Concejal: são candidatos eleitos dos diferentes partidos que fazem parte da equipe eleita para acompanhar e supervisionar a gestão do Prefeito durante quatro anos.

normais, porque a participação da população foi além do esperado para os anos 90. Muitas pessoas voltaram a ter título de eleitor, já que Pinochet tinha queimado os registros eleitorais. Então, o comparecimento às eleições superava 70%.

Mas com o passar do tempo os eleitores passaram a não acreditar tanto no sistema partidário, e muitos deixaram de se inscrever nos registros eleitorais (especialmente os jovens), ou deixaram de ir votar. Foi assim que a valorização do voto para os partidos políticos começa a aparecer e o eleitor começa a descobrir que pode apreciar os políticos como um produto no mercado, pois o eleitor sabe racionalizar o seu pensamento, buscando incentivos para votar em determinado partido ou candidato, e sobre isto que nos alerta ARAYA no seu artigo:

Assim como na valoração de um produto que se manifesta num preço concorrem a oferta e a demanda, em política ocorre o mesmo. É importante entender que existe um mercado de oferta e demanda de política pública. Por um lado, os eleitores, que procuram maximizar seu benefício tem uma valoração sobre a quantidade e qualidade dos bens públicos. Por outro lado, a oferta procura satisfazer essa demanda do eleitorado motivada por alcançar o beneplácito dos demandantes na maioria e que finalmente se traduz no apoio com o voto ao candidato ou partido. (ARAYA, 2008).

Desse modo, ARAYA nos alerta para esta oferta e demanda de política pública, da qual tanto eleitores como candidatos eleitos querem-se beneficiar. Na política moderna, é muito comum essa troca de votos. Em economia, fala-se de oferta e demanda do mercado, pois certamente desta mesma forma os eleitores racionalizam os seus incentivos; quanto mais benefícios de políticas públicas maior será a proximidade com o candidato que se propõe. Observa-se que no Chile são duas possibilidades que atraem o eleitor: de um lado, o benefício que ele consegue com as políticas públicas e sociais da “Concertación”; e de outro, o benefício que a Política Econômica outorgou à classe média durante os anos de ditadura. Estes são os nossos pressupostos e com eles guiaremos nossa dissertação. O que queremos mostrar com isto é que nos utilizaremos da teoria da escolha racional para desenvolver e justificar o nosso estudo e mostrar que, quando se acordou a volta à democracia com uma ênfase transitória no Chile, o governo militar procurou a teoria do eleitor

mediano para restabelecer a institucionalidade porque isto não traria menor risco para a estrutura social, econômica e política do país.

A estrutura político-econômica do Chile dos anos 90 adotou o mesmo plano econômico herdado da ditadura, porque fazia parte do acordo com Pinochet e porque o PIB estava crescendo a 7%, mas a Concertación introduziu certas modificações. Isto passou a ser conhecido como neo-estruturalismo incipiente. Desse modo, a Concertación governaria tranquilamente no período de transição política.

As escolas de pensamento econômico que influíram de maneira determinante na política e na realidade econômica do Chile desde meados do século passado foram basicamente quatro: o pensamento da Cepal nas décadas de 1950 e 1960, o pensamento socialista no final dos anos 60 e início dos 70, o pensamento neoliberal em sua versão mais ideologizada desde 1994 até o término da ditadura, e a partir de 1990 um tipo híbrido entre neoliberalismo mais pragmático do final do governo militar e um neo-estruturalismo incipiente, denominado “crescimento com equidade”, orientado para a recuperação uma estratégia de desenvolvimento socioeconômico de longo prazo. (SUNKEL, 2007. p. 61)

Para análise empírica dessa dissertação consideram-se os governos da Concertación: Patricio Aylwin, Eduardo Frei, Ricardo Lagos e Michelle Bachelet, assim como seus programas de governos e bancos de dados sobre as eleições.

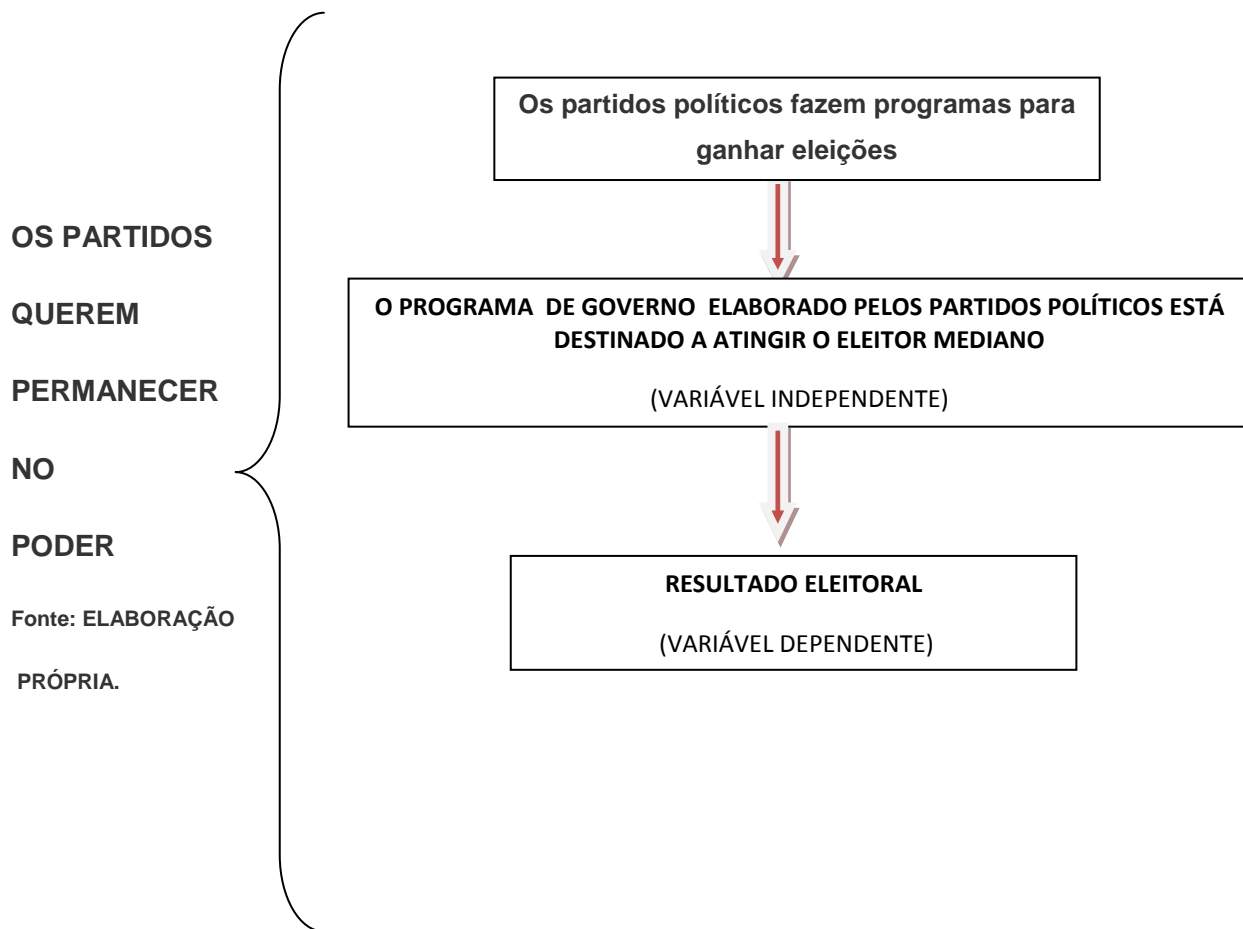
Ao mesmo tempo em que o Chile voltava à democracia, o mundo entrava na era da Globalização. Vários assuntos tornaram-se temas da moda, porém, mudaram sua relevância: temas que antes pareciam mais morais e ideológicos, hoje parecem estar incorporados ao dia-a-dia da conjuntura mundial e nacional.

Dessa forma, podemos começar falando dos anos 70, quando o papel político relevante estava nas mãos do Estado e a vida política de um país era regida por este. Logo passamos aos anos 80, no qual esse papel outrora preenchido pelo Estado passa a ser ocupado pelo Mercado. Nos anos 90, podemos dizer que este papel novamente mudou para ser preenchido pelo consumidor. “O protagonista dos anos 90 é o consumidor”, (TIRONI, 1999. p.4). Esta afirmação é importante, pois é o assunto do trabalho a ser desenvolvido

nesta dissertação, no qual o eleitor passa a ser analisado como um consumidor de políticas e programas de governo que lhe deem maiores ganhos. O eleitor vota no candidato que preencha as suas expectativas de ganhos, quer dizer, no candidato que possa maximizar os interesses do eleitor.

Com a volta à democracia, restabeleceu-se a institucionalidade antes fechada. Congresso aberto, liberdade em todos os setores políticos, novo sistema eleitoral, escolha de representantes na comunidade, como prefeito e “concejales”, além da liberação dos partidos políticos. O plano econômico original começou a sofrer modificações de acordo com os governos de turno, mas a tão procurada equidade não foi alcançada até hoje. Esse foi o grande problema para a Concertación e continuará sendo um tema fundamental. Se não forem tomadas medidas de redistribuição econômica no país, será um problema eterno de política pública. Para surpresa de todos, a partir do ano 2010 a Concertación novamente **transforma-se fora do poder**, fazendo oposição, algo inovador, pois é a primeira vez que se vê enfrentada a esta realidade diferente.

FIGURA 1



1.2 Marco Teórico

Downs (1957) sugere que em uma eleição com apenas dois candidatos, suas plataformas eleitorais convergem para o centro, para o eleitor mediano. Para maximizar a possibilidade de ganhar, os dois candidatos terminam propondo a plataforma que melhor represente o eleitor mediano. Ante duas opções idênticas, o dito eleitor será indiferente e os dois candidatos terão uma possibilidade de $\frac{1}{2}$ (50%) de ganhar a eleição. No modelo de Downs a participação eleitoral é obrigatória.

O importante para que a teoria de Downs possa ser acertada é que a democracia esteja funcionando plenamente. Uma das primeiras coisas que tem funcionado perfeitamente depois da volta à democracia no Chile tem sido o respeito às eleições, sejam estas para prefeitos, vereadores, parlamento ou presidenciais. Os atores políticos chilenos se deram conta de que não podiam desrespeitar a democracia e fazer uma ruptura. O trauma da ditadura foi tão intenso que ainda aparecem seqüelas. O retorno à democracia foi pago com muitas vidas, então hoje nem sequer se questiona o sistema democrático; há críticas ao sistema binominal, mas não se discute em fazer novamente um golpe militar ou outra classe de alterações ao sistema. O sistema eleitoral é questionado sim, já que o sistema binominal deixa certos setores fora da disputa. Hoje o eleitor está preocupado que a democracia funcione do melhor jeito para o benefício da população em geral, por isto ele mesmo procura analisar a maximização dos benefícios que as propostas trazem para sua vida.

Para sistema partidário chileno isto é uma realidade, pois ele faz com que a disputa interna seja centrífuga, fazendo com que os candidatos sejam os mesmos por longos anos, então, os políticos eleitos fazem políticas ou projetos de lei para serem lembrados no longo prazo. Mas a maximização da qual nos fala DOWNS é a que nos motiva a pensar como devemos proceder na hora de decidir sobre o voto. No Chile, essa maximização do eleitor, juntamente com o bipartidarismo, permite aos partidos maiores da Concertación (PDC-PPD – PS e PRSD), e também aos menores, aproveitar para se manter no poder. Por isso mesmo a coalizão se fortaleceu ao longo dos anos permanecendo unida. A Concertación como um todo soube tirar do multipartidarismo da coalizão o

melhor, maximizar suas forças e se manter no poder junto com um plano de políticas públicas com a qual se beneficiam aos setores menos favorecidos. Mas o benefício favorece, também, aos setores mais ricos do país. Os extremos saem fortalecidos: os primeiros pelo governo diretamente e os últimos, pelos grandes lucros que obtém de seus negócios no mercado. Com isso, uma larga faixa da classe média sente-se desprotegida pelo Estado porque é esta classe média que deve pagar mais impostos para financiar os programas sociais do governo.

Nesta nova ordem econômica globalizada, o governo e o mercado ajudam a classe pobre a sair da pobreza e se inserir no mercado, logo, havendo um deslocamento para uma nova classe média. A antiga classe média também sofre um pequeno deslocamento, e são estes os chamados novos ricos, que querem desfrutar dos benefícios que o mercado oferece. Temos assim um novo re-ordenamento destas classes sociais no espectro do mercado. Este re-ordenamento dos atores agora propicia a participação no mercado, através dos cartões de créditos ou créditos bancários. Podem negociar e comprar produtos e serviços dos que antes estavam excluídos no mercado. Assim o mercado e o Estado se retroalimentam, mantendo a economia com o dinheiro circulando.

Mas algo que esta nova classe média não sabia era que para participar das vantagens do mercado devia pagar impostos, quer dizer, pagar impostos para beneficiar os que antes não faziam parte de sua realidade. Assim, esta nova classe média passou a pagar por seus serviços, coisa que não ocorria nos governos anteriores à ditadura, já que era o Estado que cumpria esse papel.

Logo que a democracia se assentou no Chile nos anos 90, a importância do voto passou a fazer parte do imaginário da população chilena, que tinha crescido sem ter este dever cívico por 17 anos. Agora, o voto passava a fazer parte do vocabulário e da realidade dos chilenos, no qual estava presente esta classe média emergente.

Com o tempo, este voto, que no início foi ideológico, começa a ser analisado de outra forma. As pessoas começam a ver que podem maximizar

suas opções. A economia do país estava bem, nunca havia crescido como estava crescendo. O PIB do Chile cresce 7% anualmente e isto é celebrado pelos grandes empresários, que podem ver que a esquerda que se instalou no país não é tão ruim como tinham pensado, como aquela esquerda dos desabastecimentos dos anos 70. Agora o país competia e vendia para o mundo, dessa vez um mundo globalizado. Então as eleições para os chilenos se tornaram uma realidade, na qual o que importava era que o país se mantivesse democraticamente estruturado e em funcionamento.

O exercício do voto, embora visto como um componente essencial do arcabouço institucional da democracia tem, no entanto, uma função eminentemente instrumental e estratégica (RIKER, 1983). As pessoas votam se este ato for visto como potencialmente capaz de trazer-lhes algum benefício social ou econômico, divisível ou não. ...Ideologia, identidades políticas e culturais e valores são reduzidos a sistemas codificados de interesses, com a função instrumental de simplificar a aquisição e processamento de informações necessárias para uma decisão política inteligente (DOWNS, 1957). O *homo psicologicus* e o *homo sociologicus* cedem lugar ao *homo economicus* os eleitores votam por seus bolsos. (FIGUEIREIDO, 2008. p.7)

Nesse momento as famílias privilegiam o emprego estável ou que se tenha emprego, um sistema de saúde, educação e tranquilidade familiar. Era isto que as famílias chilenas queriam: estar tranquilas nas suas casas, e enquanto a Concertación pudesse administrar isto, tudo estava bem.

Com o tempo, foram-se integrando outros temas à agenda da coalizão. Os temas morais, que para igreja católica e a ultra-direita eram motivo de discussões, permitiram que o eleitor tivesse a oportunidade de ter um leque mais largo neste espectro espacial e pudesse ir-se deslocando nas suas opções.

A AIDS, o divórcio, a pílula do dia seguinte, os homossexuais, os filhos fora do casamento, as mulheres separadas, os direitos trabalhistas das mulheres “temporeras”² eram temas nacionais e de discussão no parlamento e

² Temporeras: mulheres temporeras, são as mulheres que trabalham no verão na colheita da fruta no Chile, e que não tinham nem contrato, nem nenhum benefício laboral e que muitas vezes viajavam de outras cidades para poder exercer este trabalho, com o passar dos anos elas foram ganhando seus direitos laborais.

também fazem parte do pensamento de eleitores que votam e fazem parte do mercado. No Chile, hoje estes temas não incomodam como anos atrás e fazem parte dos programas de governos de presidentes e parlamentares e não pertencem estritamente ao mundo da centro-esquerda ou centro-direita, pois esta última também começa a integrá-los. Apesar disso, a disputa pelo voto entre os políticos foi tomando força, então, todo candidato procura maximizar o seu número de votos. Desprende-se que as coalizões devem tratar de escolher aos dois candidatos capazes de reunir a maior quantidade total de votos numa determinada circunscrição. (NOHELN,).

Assim como os candidatos buscam a melhor forma de ganhar as eleições para continuar no poder, os eleitores também fazem os seus cálculos, aproveitando o máximo de informação que possuem;. privilegiam o máximo de informação em pouco tempo sem muito gasto de esforços para isto. Por isto Figueiredo nos fala da bifurcação do voto.

A tradição do voto econômico se bifurca em duas direções: de um lado, desenvolve-se uma linha de investigação que identificou como “teorias economicistas da explicação do voto” e, outra as teorias econômicas do voto. A distinção entre ambas relaciona-se com duas questões fundamentais: de um lado, quanto ao critério de decisão seguido pelos eleitores e, de outro quanto à decisão causal de fatores estritamente econômicos na explicação do comportamento eleitoral. (FIGUEIREDO, 2008. p.10)

Pensamos que a teoria econômica do voto, no Chile, pode ser efetiva até o governo do Presidente Ricardo Lagos, pois, até então, tinha-se duas coalizões em permanente concorrência disputando os votos do centro. No ano de 1999, aparece pela primeira vez o “segundo turno” e desta forma foi quando mais se disputaram e negociaram os votos na história republicana do Chile.

Então, as políticas desenvolvidas pelos governos da Concertación foram visíveis para o eleitor que percebia que podia confiar no governo e continuar elegendo-o, uma vez que tornou-se possível comprar artigos considerados de luxo e que antes não eram para esses grupos.

Referindo-se à questão da economicidade do comportamento eleitoral, esta forma de decidir em dois turnos as eleições para presidente da república começou a ficar mais onerosa em termos de estratégias para as coalizões, que

tiveram de negociar muito mais do que o faziam antes com os partidos menores. Mas também para os eleitores este processo começou a ser mais desgastante, pois muitas vezes para ele não resulta interessante votar.

Em resumo, a teoria economicista do comportamento eleitoral concebe a formação das preferências eleitorais individuais como uma função da avaliação (A_v) que os eleitores fazem dos governantes relativamente a seu bem-estar (B_e), considerando isoladamente ou como integrante de uma comunidade mais ampla. Assim, a direção do voto é regida substantivamente pela seguinte lei causal:

$$V_{ti} = f(A_{vi}, B_{ei}) \text{ (FIGUEIREDO, 2008. p.97)}$$

Figueiredo novamente nos aclara que o eleitor está mais para pensar no presente do que no futuro. Este eleitor sabe que deve fazer contas com o presente, que lhe outorga na hora de votar algo palpável. Também sabe que o voto é uma moeda de troca, quer dizer, que pode escolher as suas demandas para o seu futuro.

O cidadão racional downsiano é o homem mediano que compõe a grande maioria do eleitorado. Para ele, são irrelevantes as características psicológicas do homem. Mas ele sugere que o homem seja apenas uma fria máquina calculista, como o *homo economicus* das teorias utilitaristas (Downs, 1957:7). O homem tem história, vontades, desejos, paixões, interesses, etc.:(in FIGUEIREDO, 2008, p. 105)

Como uma abstração retirada da personalidade humana completa, [o homem] [dadas às incertezas da vida] encara cada situação com um olho nos ganhos a serem obtidos, o outro nos custos, e um forte desejo de seguir para onde a racionalidade o oriente; portanto, uma delicada habilidade de equilibrar [seus desejos é exigida] (DOWNS, 1957:9, in FIGUEIREDO, 2008, p.110).

Downs estabelece o seguinte comportamento: o eleitor avalia os ganhos possíveis – definidos em termos de utilidade esperada e mensurados por unidades de utilidade econômica – que podem ser obtidos a partir da suposta ação governativa no caso da eleição de cada “time” de candidatos. Em seguida, avalia as diferenças entre as utilidades esperadas de cada postulante, ou seja, a “diferença aritmética simples” entre as utilidades que se espera para cada postulante. (FIGUEIREDO, 2008)

Ao longo da história política chilena, os partidos unidos aos eleitores davam mais peso às questões ideológicas que determinavam o voto na hora de escolher um candidato ou partido. Contudo, hoje isto fica num segundo plano e os eleitores pensam na questão dos ganhos que determinam a sua escolha eleitoral. Hoje, os eleitores têm aprendido que a conjuntura mundial mudou. Os ganhos e perdas são determinantes para conviver no dia-a-dia. Ainda no Chile, onde o terremoto de 2010 ensinou que a vida é finita, mesmo que este futuro seja amanhã se faz mais intensa esta afirmação de Downs, pois os ganhos são para o presente imediato. Algo que é determinante e incentivador a cada eleição é a incerteza e o jogo que esta provoca nos eleitores, pois a incerteza significa competição, enquanto alguns eleitores preferem que o jogo da disputa não seja acirrado, existe outro tipo de eleitor que sim a prefere e este é o eleitor competidor, o qual sabe que na disputa acirrada poderá conseguir mais incentivos para ir votar.

Nesse sentido, veremos que quanto maiores forem as incertezas do jogo eleitoral, mais incentivos os eleitores terão para participar “incerteza é então uma condição necessária para a participação” (PRZEWORSKI, 1985;143 apud in FIGUEIREDO, 2008, p.126)

A incerteza parece ser uma condição necessária ao ser humano e que lhe permite incentivá-lo a votar. A questão de não saber quem exatamente vai ganhar faz com que mais eleitores se mobilizem no dia das eleições e isto se pode verificar principalmente nas eleições para presidente da república. Assim ficou demonstrado na eleição de 2005, por exemplo, quando Bachelet e Piñera passaram para o segundo turno. Nesta oportunidade, as mulheres respaldaram uma mulher que estava disputando a presidência. Para um país machista, era muito importante que todos os que acreditavam na mudança com uma mulher concorressem a votar.

Nesta busca de organizar a política e arena política deve haver uma organização responsável por essa tarefa perante a sociedade, que represente os seus valores e propostas. Então, a sociedade escolheu os partidos políticos para fazer isto, únicos representantes que podem organizar as tarefas políticas da sociedade e serem representante na função do Estado. Os partidos políticos

cumprem funções específicas que nenhum outro pode fazer como é o caso de atuar na arena eleitoral disputando votos.

Cumprindo esta tarefa legal, os partidos políticos são os únicos que representam as idéias de um grupo livremente organizado para trabalhar pelo bem público, em torno de um estatuto que respeitam.

2 RACIONALIDADE

2.1 Conceito de Eleitor Mediano

O “eleitor mediano” (Letelier, 2011) para a moderna Economia Política é aquele indivíduo que está no centro das preferências eleitorais, e que em ambientes bipartidários, tende a ser o eleitor decisivo para o resultado eleitoral. Argumentar-se-á que em ocasiões o eleitor mediano não é “racional”, que está exposto às múltiplas distorções do jogo político e da propaganda eleitoral, que não compreende devidamente o alcance das propostas entre as quais está chamado a decidir, ou ainda pior, que a qualidade de suas decisões estão severamente condicionadas por sua educação, sua maturidade como cidadão ou outros fatores de contexto. A teoria da escolha racional argumenta que, se bem o eleitor mediano pode cometer erros, estes erros não serão sistemáticos no tempo e que, se existem falhas no “mercado político”, estes nunca serão piores que as próprias falhas do mercado no marco de decisões de consumo sobre os bens tipicamente privados.

Por esta razão, o Eleitor Mediano atual, não está comprometido com um partido político ou candidatos nas eleições, já que ele se atualiza constantemente no meio da contingencia política do país. Por exemplo: nas manifestações massivas no Chile em 2011, os estudantes secundaristas e universitários tentaram mudar a questão do lucro na educação e que está associada a uma lei do ano de 1981, e que transforma a educação numa questão de poucos privilegiados que podem pagar por ela. O governo não estava querendo colocar na agenda pública a discussão da educação, e devido às manifestações de rua apoiados pelos pais, avôs e sindicatos dos professores isto levou desde a formação de uma mesa de diálogo com os estudantes até a troca do ministro de Educação.

2.2 A Racionalidade e Teoria Racional

Os fatos acontecidos nas últimas décadas no mundo nos fizeram refletir sobre as consequências da transformação dos atores políticos. Assim como os seres humanos na atualidade tomam decisões de forma muito mais individual que no passado, a vida política também mudou. Anos atrás a política fazia parte dos cidadãos que hoje estão mais voltados para si mesmos. Igual ao resto do mundo, o Chile não é diferente e os cidadãos estão também fazendo as suas escolhas, pensando em seus objetivos pessoais, pensando nisto, podemos dizer que a Teoria da Escolha Racional complementa o pensamento que tentamos desenvolver nesse trabalho. As nossas preferências estão refletidas nas escolhas que fazemos quando votamos, calculamos racionalmente que voto vai maximizar os nossos interesses.

Racionalidade adaptativa enfatiza mais a “adaptação” dos desejos individuais às condições objetivas: “Um desejo racional é aquele que é ajustado otimamente ao conjunto dos realizáveis” [...] a teoria da escolha racional recupera, com isto, a autonomia política do indivíduo, (e) este a exerce decidindo constantemente o que é melhor para si (ELSTER, 1986^a, 15).

Trabalhadores, classes medias, empresários, católicos etc., votando igual ou diferentemente, não revelam, *ex-hipotesi*, alienação, lealdade, falta de consciência, populismo, etc.[...] (FIGUEIREDO, 2008, p.130-131)

Com esta teoria, os indivíduos de uma sociedade passam a ser sujeito ativo e não passivo que aceita simplesmente as decisões dos políticos que não reconhece como seus representantes.

[...] A teoria racional começa pelo entendimento de que as ações coletivas, ou os resultados destas, têm que ser compreendidas a partir das escolhas que cada indivíduo faz, em um determinado contexto institucional, com o propósito de atingir objetivos (ORDESHOOK, 1986; xii). Resultados agregados são, pois, o somatório de decisões individuais segundo regras institucionais específica. (FIGUEIREDO, 2008, p.131)

Agir racionalmente, em busca de mais felicidade ou bem-estar, não é, *ex-ante*, condenável. Instrumentalmente, o conceito de racionalidade constitui-se de duas ideias: racionalidade requer “consistência e escolha dos meios apropriados para atingir o fim desejado, seja ele qual for” (BARRY; HARDIN, 1982; 371; apud in : FIGUEIREDO, 2008, p.143). Consistência entra aqui como

requisito lógico: meios e fins devem ser conectados por algum mecanismo causal. A “escolha dos meios apropriados” expressa entre os meios disponíveis, causalmente ligados ao fim desejado, aquele que maximiza o resultado da ação. A teoria da escolha racional “se preocupa com os meios, ela nos diz o que devemos fazer, mais do que mais devam ser nossos desejos” (ELSTER, 1986a; 1: apud in: FIGUEIREDO, 2008, p.143).

Uma escolha política racional consiste, pois, em realizar o seguinte cálculo: estabelecem-se as preferências eleitorais para, em seguida, escolher entre elas qual produzirá a máxima desejabilidade esperada. [...] O aspecto estratégico do comportamento humano é um traço distintivo da teoria da escolha racional, e que sua aplicação ao estudo do comportamento eleitoral amplia enormemente nossa capacidade de compreender os resultados eleitorais.(FIGUEIREDO, 2008, p. 156)

É exatamente por quererem mais, quererem mais bem-estar, mais felicidade, que os indivíduos se tornam sujeitos ativos deste novo papel da sociedade. Mesmo que ela seja uma sociedade individualizada nestes momentos, ela é o somatório de um todo que se vê refletido nas propostas de campanha dos candidatos a uma eleição.

[...] Escolher entre caminhos políticos alternativos é estabelecer uma ordem de preferências que expresse o grau de desejabilidade de quem vai decidir. Os eleitores estabelecem preferências políticas e eleitorais ao longo de sua história social. (FIGUEIREDO, 2008, pág. 156)

Muitos eleitores continuam votando como o fazem os seus pais, dificilmente eles se desvinculam dos seus valores, podem trocar para serem mais de centro, mas esse centro tem a ver como seu passado que pode ser de esquerda ou direita.

Hoje o eleitor é muito mais racional, calcula muito mais perante a conjuntura, antecipa cenários e afasta os resultados que possam ameaçar o seu bem-estar.

Para DAHL, a democracia é fruto de um cálculo de custos e benefícios feito por atores políticos em conflito (2005, p.21), em que a oposição aceita participar da competição eleitoral, quando esta opção lhe for menos custosa do que a conquista do poder por meios revolucionários. Este pensamento sobre a

questão da democracia é muito importante, mesmo que nos dias de hoje as pessoas estejam cansadas de ver como os grupos de interesse se aproveitam de seu poder econômico por causa do distanciamento da população. No Chile durante os anos 70 e 80, existia uma luta intensa da esquerda e a direita por razões ideológicas; na atualidade, isso não faz mais sentido. É por este motivo que hoje se vela tanto por uma convivência pacífica entre ambas as coalizões. Muita gente morreu, foi torturada, exilada, famílias foram divididas e a juventude foi frustrada, por isto hoje não vale a pena romper com a democracia.

A manutenção da democracia não depende da adesão previa dos atores sociais a determinados valores. A adesão às regras democráticas é circunstancial, contingente. Depende, sobretudo, de considerações estratégicas. (DALH, 2005, pág.21)

Seguindo, as poliarquias são regimes que foram substancialmente popularizados e liberalizados, isto é, fortemente inclusivos e amplamente abertos à contestação pública. (DALH, 2005, pág. 31)

O sistema bipartidário não permite que o sistema político chileno seja tão inclusivo, mas pelo menos permite que seja tranqüilo e constante nas suas eleições.

2.4 O FATOR ECONÔMICO FOI DETERMINANTE

O objetivo desta seção é desenvolver, sob uma perspectiva histórica, a questão determinante pela qual, no plebiscito de 1988, o eleitor privilegiou a democracia acima de qualquer outro fator político. Para tanto, se faz necessário lembrar, que para a volta dos atores democráticos no Chile, foi preciso um trabalho esmerado da oposição que nesse momento agrupava-se em 17 partidos. Esta associação de partidos políticos conseguiu transpor para a propaganda televisiva as aspirações que os eleitores desejavam naquele momento. Para este grupo organizador era muito importante mudar os votos rurais e das mulheres. Em junho, estes dois grupos tinham posição favorável à ditadura e, devido ao trabalho específico realizado pela coalizão, transformou-se em um voto de esperança para o futuro optando no plebiscito pela opção NO.

A relação que se estabeleceu nesse momento na sociedade civil chilena foi algo que a encheu de esperança para o futuro. A história política do Chile tinha parado em setembro de 1973, e os partidos políticos estavam ansiosos pela reorganização.

Para alguns cidadãos do Chile, a existência de outra forma de Estado não significava muito, pois tinham nascido numa sociedade na qual a única organização que conheciam era a ditadura e o Estado para eles confundia-se com o ditador. A ferramenta da TV, nesse momento, foi importante para que os oponentes à ditadura manifestassem suas idéias. A alternativa escolhida pelo comando do NO foi o arco-íris colorido, algo que incluía a tudo mundo e ao mesmo tempo era motivador. Este ícone do comando do NO trazia alegria, integrava aos diferentes partidos e ideias. Esta imagem trouxe a esperança aos mais indecisos e desfavorecidos nesse momento histórico.

Oscar Godoy em seu *paper* “Por que ganhou o NO?”, de 1989, comenta que para que isto ocorresse, foi fundamental chegar a estas camadas da população: as mulheres, as pessoas de nível econômico baixo e os moradores das zonas rurais. Godoy refere-se à propaganda televisiva como determinante na escolha dos eleitores. Mas o que determinou de fato que ganhasse o NO foi a terrível situação econômica que atingia as famílias mais pobres. Abaixo estão dados a esse respeito, tirados de uma pesquisa feita nos meses de junho e setembro de 1988, apenas três semanas antes do plebiscito. Nesse quadro pode-se apreciar que os que pensavam que a situação econômica estava mal, muito mal e péssima que aumentado de 29% para 37%.

Quadro. Avaliação da Situação Econômica do País

AVALIAÇÃO	JUNHO/88	SETEMBRO/88
Positiva	21%	18%
Regular	49%	44%
Negativa	29%	37%
Não sabe	1%	1%

Fonte: Centro de estudos Públicos, Nº 33, 1989. Ano: 1989

Enquanto o Chile gozava de um prestígio político-econômico enorme no plano internacional, pois era catalogado como um dos países com uma das melhores economias latino-americanas, internamente isto não se percebia. “A percepção da situação econômica do país estava inversamente relacionada ao nível sócio-econômico da população. Enquanto mais baixo os ingressos, pior era a percepção da situação econômica do país.” (Godoy, 1989)

Quadro N° 1

Avaliação da situação econômica do país por nível socioeconômico.

Avaliação	Alto	Médio	Baixo
POSITIVA	45%	21%	10%
REGULAR	39%	44%	46%
NEGATIVA	16%	35%	44%
	100%	100%	100%

Fonte: Centro de estudos Públicos, N° 33, 1989. Ano: 1989

No quadro acima, fica em evidência que a situação econômica foi determinante para que ganhasse o NO, sendo complementada pela violação dos direitos humanos.

Quadro N° 2: Motivos alegados pelos eleitores por para votar “NO”

Eleitores que votam pelo NO e Motivos para votar pelo No		
Eleitores que votam pelo NO		
Situação Econômica		72%
• Situação Econômica de pobreza	38%	
• Não há empregos	27%	
• Não gosto da política econômica	7%	
Direitos Humanos		57%
• Violações, torturas, exílios	29%	
• Falta de liberdades	21%	
• Repressão e controle	7%	
Desaprovação do governo ou de Pinochet		39%
• Governo muito longo, precisa de uma troca.	18%	
• Desaprovação ao governo	15%	
• Desaprovação de Pinochet	6%	
Retorno à democracia.		21%

Fonte: Centro de estudos Públicos, N° 33, 1989. Ano: 1989

Obs.: Cada eleitor podia citar vários motivos

Segundo Godoy, as pessoas mais pobres escolherem votar pelo NO foi um resultado surpreendente. Enquanto os setores mais ricos estavam satisfeitos com o governo militar, porque para eles, a tranquilidade do país e a economia estavam estáveis, não era da mesma forma nos setores menos favorecidos economicamente, daí a opção pela mudança.

Estas foram as trocas em termos demográficos: as mulheres, o nível sócio-econômico e as zonas rurais. Foram os três

grandes grupos que modificaram sua intenção de voto. A pergunta que cada um de nós nos faríamos: por que? Nosso desenho é quase o que poderia denominar-se um quase experimento social. Temos duas medições, uma em junho e outra em setembro. Entretanto em dito período tiveram lugar diversos eventos políticos, mas os mais relevantes foram, sem dúvida, as franjas publicitárias do “Si” e do “NO” e a nomeação do candidato. Esta última era algo esperado, de forma que, provavelmente, não introduziu grandes trocas na votação. Daí que adquirira grande importância à avaliação de ditas franjas. (GODOY, 1989)

Também é surpreendente como o governo militar solucionou a questão econômica chilena, transformando o Chile de um país monocultor em um país moderno e visto como um país atrativo economicamente, ao mesmo tempo em que fizeram desaparecer a oposição e pessoas que tivessem alguma proximidade com a esquerda ou sistema político anterior., Assim, a proposição de Dahl (1972), de que a probabilidade de um governo tolerar uma oposição aumenta com a redução da capacidade de o governo usar de violência ou sanções socioeconômicas para eliminar uma oposição, encontra respaldo no Chile, onde se matou muitas pessoas, e os salários diminuíram pois o governo militar tinha apoio da elite, e também incentivos econômicos, para não precisar tolerar a oposição.

A partir de 1973, o Chile rompe economicamente com o seu passado, quando se abre às importações, as pequenas empresas fracassam e começam as privatizações. Paralelamente, as pessoas que não aceitam o processo de modernização do país são mortas ou exiladas.

Isto fez com que um grupo fosse juntando forças para se reunir na futura Concertación, pois as marchas que ocorreram a partir de 1983 mostravam que o país não agüentava mais a maneira que o país estava sendo conduzido.

2.4 O MOVIMENTO DO ELEITOR MEDIANO E SUAS CONSEQUÊNCIAS:

A pressão das coalizões é feita para o centro onde está o eleitor mediano e o que decide a eleição.



O grande apoio que recebeu a Concertación no ano de 1988 foi principalmente da Igreja Católica que se encarregou então de defender os direitos humanos. por meio da “Vicaria da Solidariedade”. Os grupos políticos e partidos aproveitaram esta brecha para se organizar, num momento em que qualquer reunião era um atentado à ditadura. A Democracia Cristã representava junto com os outros partidos a renovação da democracia no Chile depois de 17 anos sem poder fazer política partidária nem exercer o voto. Então, duas questões dominaram a agenda política: os direitos humanos, cujas violações eram amplamente condenadas pelo mundo inteiro, e o desemprego aliado aos baixos salários.

O país dos Chicago Boys e do plano neoliberal não conseguiu diminuir a pobreza, que aumentava a cada dia. A responsabilidade de lutar e conseguir os votos para derrubar a ditadura ficou a cargo dos 17 partidos e movimentos que estavam no Chile, pois o voto dos chilenos no exterior não foi, e continua sem ser, permitido.

2.5 A RELAÇÃO ESTADO SOCIEDADE CIVIL

Junto com as eleições para presidente, em 1989, também foram realizadas eleições para o parlamento chileno, que desta vez voltava a funcionar em Valparaíso e não mais em Santiago.

O parlamento voltou a funcionar, e a comissão que elaborou o sistema eleitoral chileno escolheu o sistema binominal, pois ele assegurava a

estabilidade democrática e mantinha a garantia que a direita pudesse ser eleita sem problemas, conforme manifesta Siavelis (2004, 2005 e 200b), “os reformistas procuravam então, diminuir a ideologização do sistema de partidos, proporcionarem vantagens à direita, gerar uma competência centrípeta e bipolar, reduzir o número de partidos e, com o tempo também, excluir e erradicar a esquerda.” Porém, com o tempo, isto não favoreceu só a direita, mas também a Concertación, que com suas ferramentas não tem deixado espaço para a esquerda extra-parlamentar concorrer nas eleições.

Na atualidade, o eleitor mediano chileno novamente escolheu e se mexeu para a direita, pensando que o fator econômico ia melhorar. O economista Letelier nos traz três hipóteses convenientes para as razões de vitória de Piñera nas eleições de 2009.

“1. O Eleitor Mediano deseja genuinamente a alternância no poder. Dita alternância possui méritos próprios, toda vez que o extenso período de governo “concertacionista” pode ser um cenário propício para a corrupção e a geração de rendas “Ricardianas” sob amparo da captura do Estado. Entenderá esta nomenclatura o Eleitor Mediano? O mais provável é que não. Mas, se é muito provável que o suspeite, dado fato evidente de que os partidos pressionam por manter pessoas de suas fileiras nos cargos de confiança. Se bem esta situação exhibe graus diversos de severidade em cada âmbito específico do Setor Público, não é menos verdade que são fortes os rumores – fundamentalmente jornalísticos -, que respaldam tal hipótese.

2. O Eleitor Mediano viu empobrecidas as suas possibilidades de aceder a um emprego estável no presente. Sem dúvida, o próprio Eleitor Mediano não sabe de que falamos quando se argumenta que a economia chilena experimentou uma severa queda no seu nível de crescimento e, menos ainda entende, que a denominada “produtividade de fatores” – elemento responsável de nosso crescimento futuro -, experimentou escassos progressos nos últimos 10 anos.

3. O bom governo é algo mais que só uma gestão macroeconômica responsável. É também espírito de serviço, meritocracia na designação de cargos, mais no sentido de equipe em torno a projetos coletivos de alcance nacional, e menos discussões político-partidistas em relação a líderes e símbolos do poder que não correspondem aos tempos de hoje.”

Estas hipóteses de LETELIER nos trazem uma visão dos motivos para o eleitor mediano estar cansado da Concertación no poder, e porque preferiu

escolher a centro-direita nas eleições de 2009. Os atores políticos ficaram desgastados perante os cidadãos, que começaram a perceber que os políticos e partidários da Concertación estavam-se enriquecendo e que o resto dos cidadãos continuava da mesma forma, ou seja, recebendo um salário bastante diferenciado dos cargos políticos.

3 SISTEMA ELEITORAL

3.1 O SISTEMA BINOMINAL

Para a ditadura era importante demonstrar que estavam a favor da volta da democracia, pois o ditador queria continuar governando e para isso, tirou a farda e vestiu terno. A razão disso é que, num primeiro momento, a direita pensou que a ditadura estava governando bem para o resto da sociedade. Só quando perderam o plebiscito deram-se conta que a sociedade não concordava com as ideias políticas deles e se viram obrigados a propor outro candidato para a primeira eleição presidencial de volta à democracia.

Um outro ponto importante, que se queria mostrar nesse momento, era que nem os comunistas nem marxistas voltariam ao poder, por isso, desde o início, o favoritismo ao sistema binominal foi uniforme:

Segundo uma entrevista realizada com o ex-ministro do regime militar, Sérgio Fernandez, diz que as duas razões pelas quais no início dos anos oitenta opta-se pelo binominalismo: 1º porque este sistema garante o funcionamento do governo do país, no sentido de que se produzem maiorias estáveis que permitiram governar e que existira além do mais a possibilidade de que isto contribua ao entendimento, isto é, uma aproximação ao centro que obriga aos acordos moderados. 2º o binominalismo cumpre com o objetivo de impedir que, uma vez que no Chile se volte à democracia em 1990, se programe uma mudança total de tudo o que já se tem feito – a reforma econômica e política – pelo só fato da mudança. (GAMBOA, 2006. p.59, 60)

A teoria de Downs fundamenta sua análise em circunscrições uninominais, e a dinâmica bipolar produzida por magnitudes de dois difere da explorada por Downs e pode inclusive fomentar a competição centrífuga, mas mesmo assim, na disputa presidencial, o teorema do eleitor mediano se aplica, pois a moderação e a disputa centrípeta se concretiza dentro das coalizões

chilenas, como fica demonstrado nos quatro períodos de Concertación ou mesmo na Alianza, em 2009.

No Chile, a Câmara dos deputados é composta por 120 membros eleitos em 60 distritos de dois assentos cada um; e o Senado se constitui de 38 senadores eleitos em 19 circunscrições, e cada coalizão apresenta dois candidatos por distrito.

Os eleitores escolhem candidatos individuais e os votos se computam ao nível da coalizão. O total de votos obtidos por cada lista determina quantos assentos cada coalizão receberá. Uma coalizão obtém ambos os assentos se consegue mais do dobro dos votos que da coalizão que obteve o segundo lugar. Se a lista com maior número de sufrágios não consegue o dobro dos votos da segunda colocada, cada uma delas recebe um assento.

Segundo NAVIA (2010), o sistema binominal tem incentivos estruturais que levam à polarização das tendências partidárias mais que à convergência para o eleitor mediano, devido que basta conseguir um terço mais um dos votos para que se assegure o assento. Isto não está exatamente previsto na teoria de Downs, pois sua teoria se refere a um ambiente com um só candidato, o que resulta em um sistema centrípeta. Mas o sistema binomial pode resultar em um comportamento centrífugo, porque os candidatos devem fazer acordos intrapartidários para logo chegar a um acordo com a coalizão. Para escolher o candidato da coalizão devem ser feitas eleições primárias.

Morgan, também, está em desacordo como a proposta de sistema espacial ou downsiano, pois o desenho eleitoral passa de 28 candidatos para 60 candidatos. A interrogante é se o sistema binominal chileno produz uma competição centrípeta ou centrífuga? Devido a que no Chile o objetivo do regime militar era produzir uma competição centrípeta. Com o passar dos anos isto tem ocorrido cada vez mais, pois se está produzindo uma fortificação das duas principais coalizões, tanto da direita como a coalizão de centro-esquerda e que se perpetuam faz mais de vinte anos no poder.

Para Garrretón (2006), o sistema binominal é o enclave institucional de maior duração, sendo responsável por distorcer a vontade popular na

democracia. A legitimidade do sistema eleitoral residiria no fato de que em torno dele estrutura-se todo o sistema político consagrado pela ditadura para permitir que seu bloco civil, isto é, a direita gestada sob essa ditadura, tenha nessa nova democracia um poder de veto que não guarda relação com sua condição de minoria social, política e eleitoral.. Para Huneeus (2004), a representação proporcional tem no Chile uma legitimidade histórica que justifica seu restabelecimento. Por esta razão, para Navia (2009) há duas distorções principais no sistema binominal, primeiro: ele produz incentivos contraditórios entre as coalizões e os aspirantes, que afetam o processo de seleção dos candidatos; segundo: as coalizões devem preocupar-se com a unidade do bloco, devendo sacrificar possíveis novos candidatos em favor de dita unidade.

Para Rabin, “while some have argued that the Center had become the most habitable space within the Chilean political landscape (SCULLY, 1995. 134), others claim that the center of the party spectrum contains the most import intra-alliance tensions”.

Siavelis nos diz: que “the new electoral system enhances democratic stability, although others are not so confident in this conclusion”; para ele, o binomialismo realça a estabilidade democrática, pois não permite que grupos minoritários concorram da mesma forma que as grandes coalizões, tornando-se um sistema centrípeto.

3.2 O SISTEMA ELEITORAL CHILENO:

O marco eleitoral chileno, que combina as listas abertas com um sistema binominal é único¹. Outros países (como Brasil, Peru ou Polônia) utilizam listas abertas, mas nenhum outro se serve exclusivamente de M=2. A meu entender, as atuais propostas de reforma eleitoral no Chile surgem principalmente da convicção do que o sistema binominal proporciona uma representatividade demasiado escassa e, concretamente, da idéia que as distorções de proporcionalidade entre os votos que obtém um partido e seu número de *escaños/assentos* na Câmara de Deputados e no Senado ocasionam importantes questões vulneráveis no eleitor. (CAREY, 2006)

Como devemos avaliar as conseqüências distributivas deste sistema? Esta forma de votar beneficia as grandes coalizões, os candidatos conhecidos e fortes que conseguem arrastar e eleger outro candidato da sua própria lista.

Então vai ocorrer o que nos alerta CAREY, os profissionais da política vão se eleger sempre:

No entanto, este sistema isola aos políticos mais poderosos da prestação de contas, porque a medida que os profissionais da política vão conseguindo cargos diretivos dentro de um partido, chegando a ocupar os cargos principais das listas, sua vulnerabilidade eleitoral diminui. Isto mitiga a possibilidade de castigar eleitoralmente os líderes, inclusive no caso em que o partido perca apoio nas urnas. Em conseqüência, os dirigentes, que deveriam assumir a principal responsabilidade pelos resultados parlamentares, são os que menos reprovação eleitoral sofrem se seu partido, coletivamente, é castigado pelos eleitores. (CAREY)

Por esta razão é que os eleitores exigem a renovação dos candidatos das listas. Porém, isto não ocorre porque o sistema binominal não o permite, porque se os negociadores assumissem o risco de trocar os candidatos antigos por novos, certamente, estariam mais expostos a perder e isto nenhuma coalizão está disposta a arriscar. Isto se dá tanto nas eleições para presidente quanto nas eleições parlamentárias.

4 PARTIDOS POLÍTICOS

4.1 SISTEMAS DE PARTIDOS POLITICOS

Os partidos políticos são importantes para dar apoio ao presidente da República, mantendo a harmonia política e parlamentar de um país. Geralmente, os partidos políticos são a única forma legítima de representação em países sob regime democrático.

A organização política- do governo tem nos partidos políticos seu fator primordial, na hora de coordenar o trabalho do parlamento em relação aos seus projetos e enquanto um veículo de comunicação com a sociedade. Os cidadãos precisam que suas demandas sejam satisfeitas pelos partidos políticos através de seus representantes

Ao ganhar as eleições, o partido político ou coalizão estará atingindo o objetivo mínimo que é a conquista do poder no governo, para desenvolver o seu programa de governo. Certamente para poder continuar governando é interessante compartilhar uma ideologia para poder se reunir num projeto conjunto e continuar governando por um longo período, como foi o caso da

Concertación. A ideologia que compartilhavam era uma luta para garantir políticas sociais para os mais desprotegidos numa sociedade onde a falta de equidade continua sendo algo presente.

No início da volta à democracia no Chile, eram 17 partidos e movimentos políticos que faziam parte da coalizão da Concertación e da discussão política do país, contudo, todos com uma ideologia ou pontos de vista parecidos, no qual o ideal de derrotar a ditadura os mantinha juntos. Mas à medida que o tempo foi passando e a conjuntura política mudando, estes mesmos atores políticos foram se distanciando. O que os unia para governar já não fazia parte do ideal político da maioria dos partidos. Ao longo do tempo as idéias foram se transformando e alguns partidos saíram da coalizão. Hoje, a Concertación está formada por: PPD, PS, PDC e PRSD.

No caso do PS chileno, o presidente do Partido (Escalona) e outros antigos dirigentes partidários, que voltaram do exílio, pareciam não abrir mão da direção do partido. No fim do governo Bachelet, a maioria da população pedia que os presidentes do PS, DC, PRSD, PPD renunciassem, mas isto só ocorreu com o PPD e o PRSD os outros presidentes dos dois partidos não renunciaram. Isto causou mais um problema para a coalizão e para o país que pedia renovação urgente não só dos dirigentes, mas também das políticas a serem implementadas..

Os líderes são aqueles que controlam as principais áreas de incerteza, cruciais para a organização, e que podem usar esse recurso nas negociações internas (nos jogos de poder), desequilibrando-as em seu próprio favor. Isto se dá com o binominalismo, pois são os dirigentes que negociam os distritos (*evb*)³.

Fala-se da falta de adeptos e da falta de credibilidade dos partidos políticos no Chile. Nas últimas eleições, 45% dos eleitores não se identificava com os partidos políticos, segundo pesquisa do CEP. Os partidos deixaram de elaborar uma proposta atraente para o eleitor. O desgaste de tantos anos governando, levou a Concertación a uma falta de credibilidade, na qual caíram

³ O Chile é dividido em 19 circunscrições

os partidos políticos que faziam parte dela, acusados de falta de renovação de seus líderes, falta de propostas, falta de proximidade com a juventude e falta de transparência na hora de prestar contas. Tudo isto contribuiu para que as pessoas cada vez mais não se identificassem com os líderes políticos.

Em 2008, o processo interno de escolha do candidato da Concertación se deu num ambiente de imposição, pois muitos participantes da coalizão não concordavam com a decisão por Eduardo Frei já tinha sido presidente e para a maioria das pessoas seu governo não foi bom. Sem a realização de primárias, a Concertación escolheu Frei como candidato.

Com isto se criou um impasse, levando o senador socialista Marco Henríquez Ominami (filho de Marco Henríquez, fundador do MIR) a sair do partido e formar um novo partido para poder concorrer às eleições em dezembro de 2009. Enquanto, os partidos governantes estavam em uma crise interna, a presidente Bachelet gozava de 80% de apoio por parte da cidadania e não conseguia repassar esse apoio para o candidato da Concertación. Não devemos esquecer que, simultaneamente a este impasse interno da Concertación, o sindicato dos professores (maior sindicato do Chile) passou a reivindicar uma dívida histórica que os governos anteriores da Concertación protelavam em pagar.

O cálculo que fizeram os partidos da Concertación não levava em conta que poderiam perder o governo. O programa da Concertación em 2009 apresentado por um outro candidato talvez tivesse permitido ganhar as eleições e continuar no poder com um quinto governo. Entretanto, as más políticas adotadas foram cansando os cidadãos, que decidiram optar pelo “**Cambio**”, e essa mudança estava identificada com o candidato da centro-direita, Sebastián Piñera, um empresário bem-sucedido, que ofereceu uma campanha colorida, cheia de esperança e leve para chegar às pessoas da nova classe média.

Devemos ressaltar que a campanha para presidente se dá de uma forma diferente da campanha para o congresso. Atualmente, os partidos da Concertación continuam com a maioria no congresso, sendo que pela primeira vez o Partido Comunista elege dois deputados. Também pela primeira vez o

presidente tem minoria parlamentar. Daí aparece a proximidade com a proposta de Downs na questão da maximização do interesse por parte dos políticos.

Sobre os partidos: se os objetivos oficiais perdem credibilidade, obviamente não se enfraquecem apenas os incentivos ideológicos, mas também aqueles mais especificamente de identidade e de solidariedade (se a identidade se ofusca, a solidariedade, por conseguinte, tende a se comprometer) [...] Uma das funções da ideologia organizativa é ocultar os incentivos seletivos, cuja excessiva visibilidade comprometeria a imagem do partido como organização dedicada à tentativa de obter uma causa (e, portanto, enfraqueceria a sua capacidade de distribuir incentivos coletivos de identidade). [...] (DOWNS, 1957, p. 48 e 49)

É a identidade dos comprometidos ou partidários, sobretudo, que os líderes devem defender, com a referência constante às metas ideológicas, com a cautela na escolha de alianças heterodoxas, etc.

A todo o momento, os equilíbrios do poder podem ser alterados no interior da coalizão, por que outro líder adquire um controle maior sobre certas cenas cruciais de incerteza, aumentando assim a própria capacidade de distribuir incentivos à custa de outros líderes. Portanto uma coalizão dominante é sempre uma construção potencialmente precária. (Downs, 1957, p.74)

Mas esta construção potencialmente precária deve ser entendida como uma troca constante dos atores, que a ao longo do tempo vão se renovando, devido a mudanças na conjuntura econômica do país e pelas circunstâncias políticas que atingem a coalizão.

Segundo Downs (1957, p. 107-111), uma institucionalização fraca geralmente resulta numa coalizão dominante pouco coesa (subdividida em facções), enquanto uma organização forte gera uma coalizão dominante coesa (subdividida em tendências). Em outras palavras, uma institucionalização forte implica uma intensa concentração do controle sobre as zonas de incerteza e, por conseguinte, sobre a distribuição dos incentivos organizativos. Uma institucionalização fraca implica dispersão do controle sobre as zonas de incerteza e, portanto, ausência de um “centro” que monopolize a distribuição dos incentivos.

4.2 SISTEMA PARTIDÁRIO

Para Nohlen (2006), o sistema partidário no Chile tem uma história marcada pela importância ideológica, algo que tem se mantido ao longo do tempo e que hoje permanece apesar das diferenças conjunturais da política no mundo. O sistema de partidos deveria refletir as transformações da sociedade e seria normal que isso influenciasse o sistema eleitoral. Mas no Chile não foi assim, devido à ditadura que instalou o sistema eleitoral binominal independente da vontade dos partidos, que tiveram que obedecer e adaptar-se a ele.

O sistema binominal chileno é um sistema *sui generis*. Não é majoritário, porque não favorece ao partido ou à aliança de partidos que ganha a maior quantidade de votos. E o efeito sobre a relação de votos e escaños/assentos é bastante proporcional. Ao mesmo tempo, exclui da representação política aos partidos que não saibam coligar-se com outros.

A governabilidade é um objetivo de alto valor, cuja relação com o sistema eleitoral interessa muito, mas é um fenômeno relacionado só indiretamente com o sistema eleitoral, é um conceito muito mais amplo e seu sucesso depende de muitos outros fatores (veja-se entre outros Achard e Flores 1997), sobre os quais o sistema eleitoral pode ou não ter influência. (Nohlen, 2006)[...]

No Chile, toda a questão do binominalismo tem a ver com a disputa dentro da coalizão, que se manifesta na hora de escolher os candidatos para presidente, parlamento, vereadores e prefeitos. Nesse momento, são determinantes as negociações que ocorrem no interior dos partidos e, posteriormente, na coalizão. Estas negociações vem cada vez mais frustrando os adeptos dos partidos da coalizão, pois são as elites dos partidos que escolhem os candidatos, e isto é incomodo para os próprios partidos, que não tem chances de oxigenar o processo pré-eleições.

Enquanto o Sistema de Partidos Políticos seria a variável independente em sistema político normal, já que são eles os que predominam na grande maioria e atraem o votante para votar, e o sistema eleitoral só funcionaria no período e dia das eleições, não obstante isso seria a variável dependente.

No Chile, a ditadura impôs a transformação da literatura clássica por causa do binominalismo, desse modo o sistema de partidos políticos converte-se na variável dependente e o sistema eleitoral na variável independente.

4.3 DOS PROGRAMAS DE GOVERNOS DA CONCERTACIÓN E ALIANZA POR CHILE:

Para entender um pouco o que aconteceu no período da Concertación e a volta a democracia falaremos um pouco das políticas implementadas por essa coalizão e o que propunha a oposição. Fala-se aqui do primeiro presidente e candidatos após o ano 1989 até o ano 2005.

4.3.1 Governo de Patricio Aylwin Azócar (1990-1994)

Patricio Aylwin assumiu como Presidente da República no dia 11 de março de 1990. Com ele se iniciou o período de transição à democracia no Chile. Seu mandato (1990-1994) esteve baseado em quatro princípios fundamentais: continuidade do modelo econômico; consolidação das instituições democráticas; promoção da justiça social e obtenção da reconciliação nacional.

O Chile nos anos 1990 recuperava a sua democracia após quase duas décadas, isto criava muitas expectativas tanto para os atores políticos como para os cidadãos. Sabendo disso, a Concertación preparou o programa de governo com muito cuidado para poder abranger todas as áreas em que os cidadãos tinham demandas, depois de um período de muita desesperança proporcionada pela ditadura.

Como primeiro ato democrático, a Concertación, reconhece a existência de grupos vulneráveis como sujeitos da política social. O Programa de Aylwin propõe que ele se encarregará da principal tarefa: a organização de cidadanias em múltiplas instâncias: de tipo sindical, profissional, produtivo, esportivo, cultural, educacional. Aylwin também almeja fortalecer as instâncias de poder local ou regional, e propõe mudanças na legislação trabalhista. Isto está descrito na página número 17 do programa.

No plano econômico, incrementaram-se as exportações do Chile, e com a volta à democracia, o país recuperou a confiança internacional, o que significou um aumento dos créditos provenientes do exterior e o início de uma série de negociações com diversos países e blocos econômicos do mundo. Por outra parte, houve incentivos para a poupança nacional, houve redução no desemprego e aumento no salário mínimo.

Apesar destas melhoras, a distribuição de renda no Chile seguiu sendo desigual. Por isto, o governo promoveu diversas iniciativas para alcançar o que se chamou “crescimento com equidade”.

O fato marcante durante o governo de Aylwin foi que o grupo revolucionário de ultra-esquerda “Frente Patriótico Manuel Rodriguez” assassinou Jaime Guzmán, ícone e ideólogo da direita, em 1991.

Principais Fatos do governo Aylwin

- Início do processo de transição política
- Promoção de reformas econômicas
- Criação das Comissões Nacional da Verdade e Reconciliação, em 1991
- Restabelecimento da convivência nacional e apoio para conhecer os fatos sobre a violação aos direitos humanos.
- Auge econômico, com crescimento de 7%
- Prudência Fiscal
- Abertura econômica do país ao mundo
- Crescimento das exportações
- Redução da inflação a um patamar de 12,7% ao ano;
- Queda no Desemprego (para 4,5%)
- Leis de política indígena Conadi
- Acordo Aladi – acordos bilaterais de derrubada de tarifas
- O caso “Pinocheques” e o “boinazo”
- O Chile assiste a XXI assembleia da Onu em 1991
- O Chile vai à VII reunião do Grupo de Rio em 1993

4.3.2 Governo de Eduardo Frei Ruiz Tagle (1994-2000)

Na segunda vez que disputou as eleições, em 1994, a Concertación conseguiu sua votação mais alta. O programa de governo da Concertación foi bem sucedido no primeiro período e as pessoas acreditavam na volta da democracia e no funcionamento tranquilo e pacífico do sistema político chileno.

O programa de governo do presidente Frei tinha os seguintes desafios:

- Consolidar o desenvolvimento econômico
- Buscar o desenvolvimento com equidade
- Superar as formas de extrema pobreza
- Modernizar as relações laborais
- Construir um sistema educacional moderno
- Confeccionar um sistema de Saúde eficiente e equitativo
- Aprofundar a inserção internacional do país.
- Ingressar na OMC e na APEC
- Promover uma Reforma Educacional
- Modificar o Sistema Processual Penal

Durante o mandato de Frei o Chile se reposiciona no cenário internacional, tornando-se signatário de 12 acordos, entre eles o Tratado de Livre Comércio (TLC) norte-americano, em 1994. No mesmo ano, o Chile ingressou no bloco de Cooperação Econômica para a Ásia e Pacífico, e aceita o veredicto de um tribunal Internacional instalado no Rio de Janeiro que decidiu pela soberania Argentina sobre a área chamada de “Laguna del Desierto”. Em 1996 o Chile ingressa no MERCOSUL e assina acordos comerciais Economias com a União Européia.

Mas o fato mais marcante ocorrido durante o governo Frei foi, sem dúvida, a prisão de Augusto Pinochet em Londres, em 16 de outubro de 1998.

4.3.3 Governo de Ricardo Lagos (2000-2006)

O lema do programa de governo de Ricardo Lagos foi : *“Para crescer com igualdade”*, remetendo à igualdade de oportunidades, para que possam aparecer os talentos das famílias chilenas. Havia a percepção de que o crescimento econômico não iria se sustentar apenas com empregos de baixa qualificação, isto é, que sem melhores condições de trabalho não iria ser reduzida a desigualdade social existente no Chile. Entre suas maiores realizações está a transformação de algumas políticas sociais em direitos para toda a população, como o seguro desemprego, o sistema Chile - Solidário e, principalmente, o Plano de Saúde “ Auge”.

. Os compromissos de campanha da candidatura Lagos eram amplos, para atrair diversas camadas da população. Além das exigências em matérias de saúde e educação, havia a proteção da família, mais segurança, integração da mulher, cuidado com o meio ambiente, humanização das cidades, descentralização administrativa, desenvolvimento da cultura livre, maior participação e, principalmente um crescimento econômico que crie mais e melhores empregos.

- Há ênfase na criação de mais empregos e na qualificação de trabalhadores. Lagos apresenta propostas visando a criação de um Conselho de Diálogo Social, o estímulo às pequenas e médias empresas (PyMEs) e a modernização das relações laborais. Reconhece a necessidade da economia chilena em ter trabalhadores de qualidade mundial, e assim promete dobrar a quantidade de trabalhadores que se capacitam anualmente, impulsionando a formação avançada de profissionais e de técnicos.

Daí decorre a grande preocupação dos governos da Concertación com o investimento em educação: reduzir a desigualdade e permitir ao país continuar avançando em termos de desenvolvimento econômico. A preocupação é que todo chileno esteja na escola desde o berçário até o segundo grau, totalizando 12 anos de escolaridade no mínimo, e ainda oferecer uma oportunidade para os despossuídos por meio de uma oferta de bolsas de estudos para continuar estudando até a Universidad. Também é

uma preocupação constante o ensino técnico-profissional, a segunda língua e o uso de novas tecnologias.

O programa de governo de Lagos afirma que “a saúde é a maior riqueza de um país, e que a desigualdade no acesso a saúde é a pior das injustiças do Chile atual”. Nessa área, há tempos a questão mais polêmica tem sido o “cheque garantia”, necessário para ser atendido ante uma cirurgia ou uma hospitalização. O governo de Ricardo Lagos comprometeu-se em terminar com isto e estabelecer uma carta de direitos e deveres em saúde, onde seriam definidas a oportunidade e qualidade dos serviços garantidos para todos os chilenos.

Outro ponto que merece destaque no programa de Lagos é sobre a integração da mulher. Hoje as mulheres fazem parte do mundo laboral, e isto pode provocar maiores conflitos na sociedade. As mulheres têm que vencer maiores obstáculos que os homens para ascender aos empregos, elas sofrem discriminações salariais, desempenham dupla jornada. O governo de Ricardo Lagos se propõe a combater a discriminação e criar condições para uma igualdade de oportunidades, mediante um plano de igualdade que comprometa homens e mulheres a que possam partilhar a vida privada, laboral e social e construir a sociedade do futuro.

Para efeitos de campanha eleitoral, isto foi um grande passo a frente, integrar as mulheres no mundo laboral e reconhecê-las como pessoas. Acreditamos que já se estava preparando o governo para uma representante feminina, e que na verdade a candidata da Concertación e de Ricardo Lagos era Soledad Alvear (DC), pelo o apoio prestado no segundo turno da eleição de 1999, mas as pesquisas e a conjuntura de 2005 levaram a outra escolha: Michelle Bachelet, que tinha uma história pessoal que a aproximava mais das pessoas.

Com uma proposta de programa sedutora para o mundo feminino, tão sofrido, no mundo moderno e globalizante, Ricardo Lagos ganhava a confiança (e os votos) das mulheres e lhes fazia um convite a participarem mais no mundo laboral e político.

Lagos manifestava preocupação com a família, as crianças e os jovens, estes últimos muito mais vulneráveis no mundo de hoje frente a situações de pobreza, violência, abandono, maus tratos, abuso e desamor. Ricardo Lagos tinha especial preocupação com este setor da população, já que para ele era o futuro de Chile e tinha que se preocupar com eles.

Algo importante para o governo Lagos era a descentralização, pois os cidadãos de localidades mais distantes não se sentem completamente integrados às decisões do país, pois quase tudo está concentrado na capital, Santiago. O centralismo político e administrativo é queixa de todos os chilenos.

As eleições de 1999 foram as mais concorridas até então. Por isso é interessante recuperar o debate que se deu nessa oportunidade, apresentando aos leitores o programa de governo do candidato Joaquín Lavín, da coalizão de direita, Alianza por Chile.

4.3.4 Programa de Governo de Joaquín Lavín (Coalizão RN e UDI)

Em 1999 ocorreu um fato inédito: duas coalizões se enfrentaram no segundo turno das eleições presidenciais. Ambos os turnos foram muito disputados, e os candidatos de ambas as coalizões deram-se conta que deviam fazer alianças com outros partidos e mobilizar todos os seus militantes.

O programa da coalizão da direita tinha como principal eixo o apelo ao bem comum e à liberdade pessoal, inspiradas nos princípios do humanismo judaico-cristão. Assim, nos primeiros parágrafos do programa de governo desejavam corrigir o sistema de cotas partidárias para serem escolhidas pelos partidos ou presidente da república.

Suas propostas envolviam fazer com que as pessoas se sentissem mais perto do governo, descentralizando o Chile. Nesse momento Joaquín Lavín prometia ser o primeiro presidente das Regiões do Chile. Segundo a Alianza, era a primeira vez que um programa de governo se fundamentava na opinião das pessoas e a primeira vez que um candidato percorria todo o país, inclusive a Ilha da Páscoa. A ideia é que este seria um programa diferente para um governo diferente, o governo do “**cambio**”.

A primeira prioridade era criar empregos, culpando os erros do governo atual e a incapacidade dos governos da Concertación, que não souberam conduzir a economia do país. Compromete-se a fortalecer as PyMEs, com uma política que gere empregos, e com isto, Chile deve crescer a um 7% anual para criar 160.000 mil trabalhos permanentes. Outro ponto importante do programa de Lavín era a segurança. Estatísticas mostravam que entre os anos 1990 e 1999 mais de três milhões foram vítimas da delinquência. Acusa o governo de ter atuado de maneira fraca no combate a delinquência, indultando criminosos e modificando as leis para reduzir as penas. Deve-se aumentar a vigilância policial nas ruas e bairros, enviando sinais claros contra a violência. O programa de Lavín também propunha melhorar a saúde de todos os chilenos, modernizando o sistema de saúde em todas as regiões, aprimorando a relação entre médico e paciente. Também prometia eliminar o cheque-garantia.

O programa também menciona que a educação é o caminho para igualar as oportunidades, a ferramenta para ganhar a guerra contra as desigualdades. Propõe melhorar a educação pré-escolar, em especial nas zonas rurais, e fortalecer a profissão docente. Propõe também uma redefinição do papel do Ministério de Educação, centrando o desenho de políticas, instrumentos de “acreditação”⁴, avaliação e incentivos, além de criar uma superintendência de Educação que valha para o setor público e privado.

Está presente também a crítica à centralização da política em Santiago, que produz políticas sociais obsoletas que não conseguem reduzir a pobreza. A proposta de Lavín é criar um banco para os pobres, que outorgue financiamento aos projetos e iniciativas produtivas das pessoas de menores recursos, para introduzi-las no mundo produtivo.

Há ainda a promessa de dar apoio a classe média. Esta classe representa 60% da população chilena, e é a que mais sofre com a burocracia, e a que

⁴ Acreditação: no Chile para que as Universidades possam certificar os seus estudos, estas devem passar por uma comissão externa que avalia os docentes, alunos e infraestrutura da universidade para poder funcionar na sociedade e mercado.

mais se sente aflita com a alta taxa de impostos que devem pagar. Deve-se dar melhores condições de saúde e educação.

Acreditamos que a diferença principal entre os dois programas se refere ao papel do Estado. Ricardo Lagos dá uma grande importância a este papel, por esta razão se deveria continuar modernizando o Estado, para dar mais segurança e terminar com os problemas que atingem os cidadãos. Uma questão importante que Ricardo Lagos ressalta é que a Concertación e os governos desta coalizão têm se preocupado em continuar o trabalho de todos seus antecessores e também falando à população que é importante que a Concertación continue porque eles têm as mãos limpas na procura pela igualdade, que para este país se faz tão necessária. O combate à pobreza e ao desemprego são parte importante do governo de Ricardo Lagos

Já Joaquín Lavín se preocupava com a questão do Bem Comum e questão da liberdade pessoal, inspiradas nos princípios do humanismo judaico-cristão. A partir disto a coalizão pelo cambio, de centro-direita, reforçou seu programa na questão da descentralização, de que o governo devia ser distribuído entre as autoridades de regiões e que o Estado não tivesse um papel tão central nas decisões, mas que se apoiasse no mercado para modernizar a infra-estrutura do país e o Estado. Terminar com o desemprego também era uma questão central deste programa, já que criando mais empregos se ajudava a combater a delinquência e as famílias se sentiam mais seguras.

Mas acreditamos que apesar dos programas terem questões parecidas, o que ajudou a Concertación é que o candidato Ricardo Lagos era uma figura muito forte no inconsciente coletivo das pessoas, ele tinha sido a principal crítica da ditadura e líder do movimento "No". Apesar da economia não ter crescido tanto, nesse momento a classe média não sofria tanto com a questão dos impostos e a síntese de tudo isto ajudou para que a Concertación continuasse no poder por mais um mandato.

4.3.5 Governo de Michelle Bachelet (2006-2010)

A candidatura de Michelle Bachelet foi um grande desafio para a Concertación, uma forma de fazer uma aposta diferente em uma disputa para a presidência da república onde a Alianza estava disposta a tudo. Era a primeira vez que uma mulher disputava a presidência no Chile. Michelle Bachelet e Soledad Alvear foram as duas candidatas que se apresentaram meses antes de fechar as inscrições para presidência, mas depois de uma pesquisa observou-se que Michelle Bachelet era muito mais próxima das pessoas e com uma história mais compreensível diante dos acontecimentos de sua história familiar durante o período da ditadura.

O lema da candidatura de Bachelet foi “*Estoy Contigo*”. Seu programa procura responder à demanda cidadã ao entrar numa nova fase do desenvolvimento do Chile, quando o crescimento econômico é o dobro da época de Pinochet e também se reduz notavelmente a pobreza.

O programa de Bachelet tem cinco áreas temáticas que refletem as prioridades dos governos da Concertación:

1. Uma nova rede de proteção social
2. Condições para avançar para o desenvolvimento
3. Um programa para melhorar a qualidade de vida dos chilenos
4. Combate contra a discriminação e a exclusão social
5. Novo trato para os cidadãos em todos os aspectos da ação pública.

Crescer com igualdade tem sido o lema da Concertación e com o qual tem lutado desde seus inícios e o objetivo que nos tem mantido unidos; isto o que tem mantido unido aos três governos da Concertación. Este objetivo se tem traduzido na prioridade dos três governos que assinaram as políticas sociais e prevenção da instabilidade econômica que prejudica aos mais pobres e classe média. Os governos da Concertación triplicaram o gasto social no período 1990 – 2005, e neste processo tem se transformado as políticas sociais chilenas.

4.3.6 Programa de Governo de Sebastián Piñera – 2006-2010

O programa do candidato Sebastián Piñera baseia-se nas sólidas bases dos princípios do humanismo, pois o centro é o ser humano dotado de liberdade, dignidade e direitos anteriores e superiores ao Estado. Seu propósito é alcançar o bem comum e construir uma democracia fundada nos valores próprios da natureza transcendente da pessoa humana. A concepção humanista é baseada na certeza da primazia da pessoa sobre o Estado. .

Piñera afirma ter um compromisso com a Classe Média, uma responsabilidade política de devolver a confiança à classe média, propondo soluções concretas para as PyMEs (, para as mães trabalhadoras, as donas de casa e os técnicos profissionais.

Segundo o programa de Piñera, a classe média chilena é a autentica coluna vertebral do tecido social, que está ficando atrás porque não é escutada na formulação das políticas públicas, sendo excluída de toda ajuda do Estado. Nega-se que existe uma verdadeira pobreza de colarinho branco e gravata que é atormentada com impostos. Entre as propostas de Piñera estão também: fortalecer a capacidade redistributiva do Estado, descentralizando os programas sociais; melhorar o sistema político através de maior transparência e eliminando vantagens injustificadas; um sistema assistência jurídica que possibilite efetivamente o acesso igualitário à justiça; melhor educação, com mais cobertura para educação pré-escolar, a erradicação do analfabetismo dos setores rurais e mais acesso a educação superior.

É importante ressaltar que a situação da classe média foi um importante ponto de campanha em 2005. Por muitos anos no Chile o que prevaleceu foi uma classe media que podia ascender aos bens de consumo e serviços que satisfaziam as suas necessidades. Teve-se uma classe media acomodada, pois ela podia ascender aos créditos bancários, casa própria e boa educação para os filhos. Nos anos 80, vieram os cartões de créditos, que estavam destinados as pessoas de uma classe mais humilde e que não podiam se endividar, aumentando o tamanho da classe média com grupos sociais que podiam ter acesso a muitos artigos do mercado.

Então, os programas de governos da Concertación começaram a integrar as políticas públicas que pudessem ter uma consonância com toda a população de eleitores do país. Só que nos primeiros governos da Concertación o peso da classe média foi menosprezado pelas próprias autoridades, que precisavam destes votos para se eleger. Na campanha da candidata Bachelet finalmente se assume que existe uma classe média empobrecida e que é necessário ajudá-la. Nas eleições de 2005, ambos os programas destacam a desigualdade de salários, que no Chile é bastante desproporcional em relação ao resto do mundo.

5 A ECONOMIA-POLITICA DA “CONCERTACIÓN”

5.1 A ECONOMIA CONCERTACIONISTA

Os governos concertacionistas assumiram o desafio de incentivar a economia de mercado restaurada pelo governo militar. Esta decisão teve um custo político e ideológico para a coalizão, por que os fundamentos doutrinários dos partidos que a conformavam olhavam com desconfiança ao mercado como elemento central da organização econômica. (MUÑOZ, 2007. p.97)

Certamente esta questão foi muito difícil de ser conduzida, pois os mesmos partidos que criticavam o mercado durante a ditadura, no ano 1989 fariam um pacto para continuar com a economia que naquele momento fazia crescer o Chile. Os integrantes destes partidos, que na maioria sofreram com a ditadura, sabiam que estavam destinados a provar que podiam governar o país, e que um fator de desequilíbrio que levou o país ao caos político tinha sido a questão econômica. Contudo, seriam eles mesmos, que em 1989 assumiriam a responsabilidade de governar e abraçar o custo que o país lhes entregava por uma segunda vez.

Segundo Muñoz, o sucesso da Concertación deve-se a três eixos principais: 1- a capacidade de governabilidade política; 2- aceitação das regras de mercado e da disciplina macroeconômica para organizar a economia chilena e introduzir o país na globalização; e 3- pagamento da dívida social com os setores mais pobres da sociedade chilena. Os governos Concertacionistas

entenderam que as mudanças realizadas por eles antecipavam tendências globais.

Para isto o empresariado devia concordar com o aumento dos impostos o incremento substantivo do salário mínimo e o reconhecimento dos direitos trabalhistas, como a organização sindical, a negociação coletiva e o estabelecimento de condições jurídicas para demissão.

O governo teria o compromisso com a austeridade fiscal, a estabilidade macroeconômica, o pagamento da dívida social e aceitação da institucionalidade econômica estabelecida. Este pacto permitiu pôr em marcha o modelo de uma economia social de mercado.

[...] O índice GINI que no ano 1989 era de 0,59%, no ano 1991-6 baixou para um 0,54% e, dos quintis extremos de 20,4 baixaram para 16,3 no mesmo período (REPETTO, 2005. p.417) [...] Os salários reais aumentaram em um 49%, entre 1990-2002, e o gasto público social aumentou em mais de 100% (FRENCH-DAVIS, op. Cit., Quadro IX.1 apud in (MUÑOZ, 2007. p. 101)

Uma condição essencial do bom funcionamento do sistema de mercado é a estabilidade da moeda e do sistema financeiro. [...] (MUÑOZ, 2007, p.108) Nos anos 70, houve o mau uso da política econômica para assegurar níveis máximos de emprego e investimento, e para isto se gastou indiscriminadamente, elevando a quantidade de dinheiro circulante para dar resposta às demandas de diferentes grupos de interesse. Com todas estas implicações, a Concertación entendeu que devia se organizar para administrar bem a economia chilena.

5.2 GOVERNO DE AYLWIN

A virtude do governo de Patricio Aylwin foi a capacidade de harmonizar os interesses pessoais e partidários em prol de objetivos superiores: os estratégicos - manter-se no poder - e os ideológicos, ou se preferir, éticos – consolidar a democracia no Chile.

A redemocratização não foi o resultado de uma vontade bem intencionada, senão o produto de um conflito ou enfrentamento de vontades,

quer dizer, um desenlace que consistiu na definição final de uma agenda de governo adotada, negociada e respeitada pelas partes.

A lógica dos líderes “suprapartidários” que surgem instrumentalmente para o plebiscito de 1988 e que acabam por institucionalizar uma prática política. Seu mérito esteve em reconhecer às margens de manobra e os umbrais críticos ou potenciais fracasso, a habilidade para combinar graus variáveis de conflito e cooperação, quer dizer, saber o que negociar e quanto se podiam ceder e omitir. (MUÑOZ,2007. p.109)

O tema dos Direitos Humanos e a relação com Pinochet tratou-se com líderes de tendências políticas transversais.

5.3 O GOVERNO DE EDUARDO FREI

Eduardo Frei foi eleito com 57% dos votos, a cifra mais alta para uma eleição presidencial na história democrática de Chile. O apoio veio pelos sucessos da Coalizão liderada por Aylwin, já que ele tinha cumprido os objetivos traçados em seu programa. Em seu primeiro governo, a Concertación foi uma coalizão de partidos políticos capaz de garantir altos níveis de governabilidade, conjugando inserção internacional, crescimento econômico com equidade e estabilidade política.

Nos temas dos Direitos Humanos e sua relação com as Forças Armadas, Frei apostou em formalizar o tratamento institucional de ambas temáticas: no primeiro caso, através da Mesa de Diálogo entre militares, Igreja e familiares dos desaparecidos; no segundo caso, respaldando tanto o calendário institucional que prescrevia a nomeação de Pinochet como senador vitalício, assim como a detenção e prisão de Manuel Contreras.⁵

A agenda modernizadora de Frei viu-se ameaçada pelos acontecimentos conjunturais da época que foram tensos, ao enfrentar temas tais como: a resistência dos militares pelo encarceramento de Contreras, a interpretação da lei de Anistia, o rechaço de Lagos em assinar a construção da cadeia para Contreras, a acusação constitucional contra Pinochet apresentada por parlamentares socialistas e finalmente Pinochet como senador vitalício, esta situação tornou-se mais tensa ainda com a detenção de Pinochet em Londres em 24 de novembro de 1998. [...] Entre os ministros e partidos

⁵ Manuel Contreras foi o chefe da policia secreta de Pinochet, a DINA.

políticos surgiram tensões e a tomada de decisões do Executivo pouco a pouco foi prescindindo dos partidos políticos. (FLISFISCH; SOLARI; VILLAR, 2009. p.113. In:)

Foram momentos tensos no país, momentos onde as opiniões dos partidos de esquerda e atores políticos estavam divididas entre os que defendiam que se devia trazer Pinochet de volta ao país para ser julgado e os que defendiam que o general devia ser julgado por um penal internacional. Nesse momento, José Miguel Inzulza⁶ foi crucial para evitar traspasar os umbrais críticos toleráveis que geraram as pressões sociais e políticas resultantes nos problemas econômicos e políticos no último ano de gestão de Frei.

5.4 A GRANDE CHAVE DESTA DISCUSSÃO

5.4.1 Pobreza e Distribuição

Sabe-se que a Pobreza no Chile continua com uma tendência decrescente. Assim, a pobreza diminuiu à metade do nível existente em 1990, passando de 38,6% a 13,7% do total da população (Casen, 2006)⁷. A investigação de Casen apurou os determinantes da pobreza, concluindo os seguintes resultados:

- A educação continua sendo uma variável importante na explicação da pobreza. Contudo, vê-se que o nível de pobreza entre aqueles com mais baixa escolaridade é cada vez menor.
- Porém, não acontece o mesmo entre aqueles com educação superior: sua participação se mantém relativamente igual. Os lares onde os homens são chefes tem menos probabilidade de serem pobres em comparação aos lares com chefias femininas.
- O tamanho do lar continua mantendo a sua importância relativa na explicação da pobreza: tamanhos de lares menores - e com um número menor de crianças – diminuem os níveis de pobreza.

⁶ José Miguel Inzulza Vocero de governo de Eduardo Frei e Ricardo Lagos.

⁷ Casen, pesquisa do Ministerio de Planejamento que mede os índices de pobreza do país cada quatro anos

- Em relação ao setor ocupacional, trabalhar no setor mineiro diminui mais fortemente tal probabilidade e, ao contrário, trabalhar no setor agrícola aumenta em maior medida (mesmo sua importância relativa vai diminuindo com o tempo).
- A probabilidade de incidência de pobreza também diminui com a idade, onde chefias de lares com menos 34 anos faz aumentar a probabilidade em comparação a chefias com idades dos seguintes coortes (35-44 anos).⁸

Entretanto, há uma questão muito relevante no Chile, que é manifestação mais aguda da pobreza em zonas que não são mineiras, pois as zonas onde ficam localizadas as quatro minas de cobre em Chile são cidades de um poder aquisitivo alto e muito diferente do resto do país.

Outro fator que é analisado é a idade. Lares onde o chefe de família tem menos de 34 anos são muito mais propensos a reincidir na pobreza.

Para concluir podemos dizer que, quando aumenta o nível de educação, diminui o número de pobres, e isto incide na qualidade de vida, do lar, da família, dos interesses, do consumo, etc.

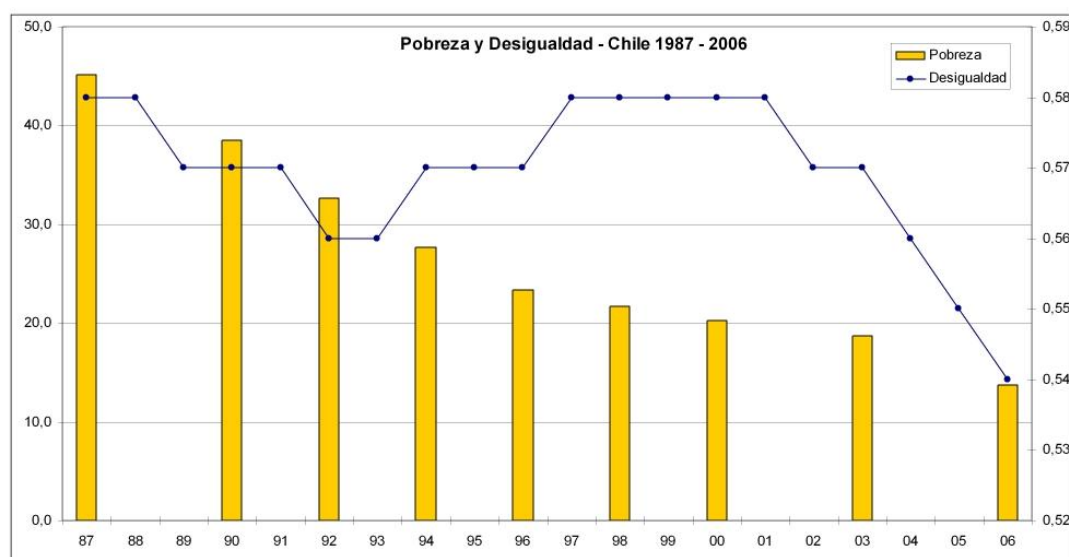
Neste estudo acreditamos que diminuição da pobreza no Chile teve uma íntima relação com a questão do aumento da classe média e da classe média baixa, que possibilitou a uma grande quantidade de cidadãos entrarem no mercado do consumo.

A redução do índice de pobreza de 38% a 13% refletiu-se nas eleições, nas quais os cidadãos começaram a votar nos partidos que estavam mais presentes nas suas comunidades. Foi o caso da UDI, principalmente na candidatura de Lavín (1999), quando houve um grande trabalho de base que levou a UDI a se tornar o maior partido Chile. Este grande capital social serviu para que os partidos da Concertación fossem baixando as suas votações, no qual o caso mais grave foi o partido da DC.

⁸ Mideplan, biblioteca Pobreza y desigualdad en Chile. Claudio Santibañez Inap. U. de Chile.2006

Neste gráfico fica demonstrada a queda da pobreza e miséria no Chile, mas o mesmo gráfico o demonstra a desigualdade não tem diminuído tanto assim, e que chegou mesmo a aumentar durante a década de 1990.

Gráfico: 1



Fonte: CHILE, MINISTERIO DE PLANIFICACIÓN 2006

Abaixo está em destaque o índice GINI, que demonstra que a desigualdade tem diminuído muito lentamente.

Quadro: 3

ANO	1990	1992	1994	1996	1998	2000	2003	2006
GINI	0,57	0,56	0,57	0,57	0,58	0,58	0,57	0,54

Se antes os chilenos tinham a esperança de que a pobreza diminuiria com a volta à democracia, agora, é uma questão de desigualdade social que leva os chilenos a tentar experimentar e trocar a Concertación, de centro-esquerda, pela Alianza, de centro-direita. Os índices de pobreza diminuíram e isso foi excelente para a Concertación, mas a desigualdade continuou mostrando que há uma injustiça social bastante grande no Chile, como fica demonstrado no índice GINI.

Quadro 4: População pobre e indigente no Chile

	POBRE		INDIGENTE	
	N	%	N	%
1990	4.968,30	38,6	1.674,70	13
1992	4.390,60	32,8	1.206,40	9
1994	3.815,90	27,7	1.045,10	7,6
1996	3.320,50	23,2	822,4	5,7
1998	3.184,00	21,6	825,5	5,6
2000	3.038,90	20,2	838,2	5,6
2003	2.905,40	18,7	726,5	4,7
2006	2.208,90	13,7	516,7	3,2

5.5 POLÍTICAS PÚBLICAS E POLÍTICAS SOCIAIS:

As relações de um Estado com a sociedade provocam todo tipo de discussão, desde os que acreditam que o Estado não deve interferir no mercado até os que acreditam que sim. Entretanto, através da história encontramos vários modelos, nos quais o Estado teve mais ou menos influência, hoje é muito presente a visão de que o papel do Estado deve ser moderado, e que quando interfere, por exemplo, nas políticas sociais que logo se transformam em políticas públicas, deve ser cuidadoso ao decidir se estas políticas públicas serão adequadas para o futuro dos cidadãos.

Podemos dizer que as políticas públicas são importantes para um Estado, pois são elas as que guiam os governos de turno de um país, já que muitas vezes um bom manejo das políticas sociais faz que os governos ganhem eleições após eleições, como foi o caso da Concertación no Chile. Segundo SILVA (1997, p. 189), o Estado, ao tomar para si a responsabilidade pela formulação e execução das políticas econômicas e sociais, tornou-se “arena de lutas por acesso à riqueza social”..

No quadro acima podemos ver que com a democracia se consolidaram as políticas sociais e dessa forma diminuiu-se a pobreza e a indigência, pois foi

o principal problema no início do governo da Concertación. O regime militar tinha destinado um baixíssimo orçamento para saúde e educação principalmente, os salários não acompanhavam a realidade desse então, então diminuir a pobreza de 38,6% a 13,7% foi uma grande proeza.

5.6 O PRINCÍPIO E O FIM DA CONCERTACIÓN

A Concertación foi criada para canalizar os esforços do país para o retorno a sua tradição de democracia e progresso social a partir de uma vasta aliança de grupos políticos, representantes de forças históricas e sociais do Chile. Ela nasceu como um compromisso de valores, expresso numa aliança eleitoral, a partir de um profundo respeito aos direitos humanos, à democracia, à inclusão social e à igualdade de oportunidades como fio condutor de nossos esforços políticos.

O caminho da Concertación iniciou-se com a afirmação de um projeto ético para derrotar a ditadura militar. Levantar aqueles princípios permitiu devolver a coesão e o sentido de dignidade ao país, logrando o reencontro do Chile com sua história.

Porém, com seu envelhecimento, houve o atrofiamento das lideranças políticas da Concertación, associado à patética inaptidão dos candidatos em promover uma troca geracional. Nesse tempo, a direita tem sido capaz de reinventar-se e revitalizar um projeto político que tão pouco tempo atrás se acreditava condenado ao esquecimento. O populismo, a eficácia de um discurso simples que apela às fragilidades dos cidadãos, um ativo uso do marketing, um correto trabalho de base e uma notável troca geracional. Tudo isso faz a população ter a percepção de que hoje eles, são mais capazes de governar o Chile.

Uma das mais graves perdas que a Concertación sofreu foi a decomposição de seu tecido social. Decepcionados ou autodestruídos, antigos integrantes foram se desligando da grande convergência que conformava aquela aliança. Assim, uma série de movimentos sociais, que antes se

configuravam em canais diretos entre os cidadãos e o governo, perderam desta forma seu poder de mobilização política.

O que se deseja mostrar com este quadro são os níveis de votação das coalizões nas eleições presidenciais chilenas, no período em que a Concertación permaneceu no poder.

QUADRO 5

Ano	Alianza %	Candidato	Concertación %	Candidato
1989	29,40%	Buchi	55,17%	P. Aylwin
1993	24,41%	Alessandri	57,98%	E. Frei.
1999				
1° turno	47,51%	J. Lavín	47,96%	R. Lagos
2° turno	48,69%		51,31%	
2005				
1° turno	25,41%	S. Piñera (RN)	45,96%	M. Bachelet
	23,23%	J. Lavín (UDI)		
2° turno	46,50%	S. Piñera (RN)	53,50%	M. Bachelet
2009				
1° turno	44,05%	S. Piñera (RN)	29,60%	E. Frei
2° turno	52,60%		48,39%	

Depois que o Chile voltou à democracia, o ano de maior comparecimento eleitoral foi 1999, quando disputavam a presidência do país Ricardo Lagos e Joaquin Lavín. Foi a primeira vez que acontecia uma eleição com dois turnos. A direita teve seu mais alto número de votos, assim como a Concertación, que depois desta tem mantido uma votação um pouco abaixo deste nível.

Já a mais alta votação em valores percentuais foi obtida por Eduardo Frei, pois a economia e o PIB provocaram uma sensação de bem-estar na população e com isto confiança na coalizão de centro-esquerda.

A questão da ideologia mudou muito no Chile, pois até 1973 havia uma maioria de centro-esquerda, prevalecendo no último governo de Allende a ideologia de esquerda, mas passados trinta e sete anos, a questão ideológica não é tão importante na hora de votar. Hoje podemos ver que o eleitor chileno pensa mais na estabilidade democrática do país e nos benefícios que possa obter com o governo de turno.

Os dados apresentados a seguir são de pesquisas eleitorais feitas pelo “Centro Estudios Públicos” do Chile, e referem-se aos meses mais próximos das eleições dos anos de 1989, 1993 e, 1999 . Com isto, pretende-se identificar em cada cruzamento a opinião do eleitor sobre as políticas sociais e qual foi sua influência em cada eleição para favorecer e/ os candidatos da Concertación.

As políticas sociais referidas aqui são a educação, a saúde e o combate à pobreza, que foram a bandeira dos governos da Concertación, e os índices de apoio a essas políticas entre os simpatizantes da Concertación são constantes e elevados. .

Quadro : Apoio às políticas sociais entre os simpatizantes da Concertación

	1990	1993	1999
Cidadãos com identidade com Concertación que apóiam a política de educação	78,2%	72,0%	78,3%
Cidadãos com identidade com Concertación que apóiam a política de saúde	78,1%	72,0%	78,1%
Cidadãos com identidade com Concertación que apóiam política de combate a pobreza	78,1%	71,7%	78,4%

Fonte: CEP

Esses índices permitem afirmar que a permanência da Concertación no poder se deveu em grande parte ao fato que as principais políticas do governo

se viram apoiadas por níveis elevados e constantes durante todos os anos em que a Concertación permaneceu no poder. .

As mudanças já eram visíveis nas eleições de 2005. Enquanto a direita se dividiu no primeiro turno, com dois partidos concorrendo separados, para um segundo turno eles formaram uma coalizão, mas a UDI não deu o suficiente apoio para que a coalizão se elegeisse.

Nesta última eleição, podemos dizer que se a direita e ultra-direita tivessem sido uma coalizão desde o início, talvez tivessem ganhado as eleições de 2005, mas as suas brigas internas foram capitalizadas pela Concertación, que também tinha um diferencial: uma candidata mulher. Isto foi de grande valia para a vitória da Concertación: a candidata era muito próxima para as pessoas, era simpática e com uma história sofrida de ditadura, fatos que pesaram a favor dela e da Concertación.

Mas quando o eleitor decide votar, e vota em um determinado partido ou candidato, ele dá um voto de confiança ao futuro governo, para que faça melhor do que está sendo feito na atualidade. E a capacidade da Concertación no governo caiu em descrédito por não conseguir promover o que prometia a população, mais desenvolvimento com menos desigualdade, e mais educação e saúde.

O que podemos observar nos governos da “Concertación” e no atual da “Alianza por Chile” é que as políticas sociais tornaram-se políticas assistencialistas, pois conduzidas da maneira que são elas se tornam políticas públicas provedoras de dinheiro e não políticas públicas provedoras de oportunidades. Uma política pública de oportunidades dá aos setores mais despossuídos uma forma digna de transformar a sua própria realidade, porque lhes dá capacidade de trabalho, e não uma renda que dispensa o trabalho.

No Chile hoje se vê mobilizado pelas reformas na educação, pois ela se tornou um grande prêmio. Todas as famílias chilenas desejam uma educação de qualidade para seus filhos, mas a educação nos últimos anos tem funcionado cada vez mais na lógica do mercado, pois quem já tem dinheiro estuda em colégios particulares, recebe boa educação e logo está em

universidades de boa qualidade, que vai lhe garantir um emprego no mercado. Hoje as famílias chilenas se dão conta disso e exigem das autoridades uma mudança na política educacional.

5.6 CRUZAMENTOS DAS POLITICAS PÚBLICAS

Para selecionar os dados dos bancos de dados do “Centro Estudios Públicos”, Chile, teve-se como critério os meses mais próximos das eleições dos anos 1989, 1993, 1999, 2005, por isto foram tomados dois meses: setembro e novembro, já que as eleições são no mês de dezembro. Com isto, pretende-se identificar em cada um destes cruzamentos ao eleitor mediano e qual foi sua influencia em cada eleição para favorecer e/ou sair eleitos os candidatos da Concertación.

Cada cruzamento se refere a pessoas entrevistadas. Também, procura-se através da identidade partidária, o seja, se estas pessoas são da Alianza, Concertación ou outros blocos políticos. Com referencia a ideologia identifica-se se a pessoa é de Direita, Centro, Esquerda ou independente, estes últimos são grupos menores de esquerda e que não se identificam com a Concertación.

Através da classe social, sejam estas ABC1, classe alta até classe media alta, C2 e C3 classe média média e classe media baixa. Classe D e E classes pobres, tudo isto em termos de salários recebidos.

Políticas sociais referem-se a: educação, saúde e pobreza que foram a bandeira dos Governos da Concertacion.

Penso que tomando estes três itens de políticas sociais e cruzando-os com a ideologia que foi uma que marcou os anos de ditadura após um governo socialista é interessante ver como as pessoas tem trocado ou não nos suas ideias ideológicas. Com a identidade partidária pode-se ver ou verificar caso as pessoas trocaram de bloco com a retomada da democracia no ano 1989.

E para terminar com todos estes cruzamentos o que importa verificar é caso a ideologia importa mais ou o que as pessoas maximizam na hora de pôr o voto na urna e eleger um candidato.

A variável independente neste trabalho é a que se encontra no lado esquerdo das tabelas e a variável dependente é a que se encontra logo acima na parte superior das tabelas. Esta decisão tomou-se logo que para fazer uma caracterização do trabalho resulta mais fácil entender neste primeiro momento.

5.6.1 Ano 1990

TABELA 1. Opinião sobre política pública de EDUCAÇÃO por Ideologia (Nov/1990)

Ideologia	Opinião			Total
	Ruim	Média	Boa	
Direita	20,2%	13,0%	11,2%	13,7%
Centro	27,2%	34,3%	25,9%	31,3%
Esquerda	12,7%	22,7%	39,4%	24,9%
Independentes	39,9%	30,1%	23,6%	30,1%
Total	100% (173)	100% (724)	100% (259)	100% (1156)

Fonte: Cep

Nesta tabela podemos observar que o eleitor mediano fica na “esquerda-ideologica”, quer dizer, que os eleitores desse grupo estão enquadrados nos partidos menores e que não fazem parte da coalizão Concertación, eles são: Partido Comunista, Partido Verde, Partido Humanista. Estas percentagens também nos mostram que no início da volta à democracia os eleitores encontravam que a política social de Educação lhes parecia que era média, quer dizer, nem boa nem ruim. Assim o esforço da direita devia ser muito maior para se aproximar ao centro e o seu programa ao eleitor mediano. Dentro da percentagem que aceitam a opinião sobre a política pública de educação um 39% desses entrevistados aprovam a política do governo para a educação. Em geral, a centro-esquerda e a esquerda aglomeram a maioria dos eleitores sendo que o discurso do programa para ganhar a eleição foi muito mais fácil.

TABELA 2. Opinião sobre política pública de SAÚDE por Ideologia (Nov/1990)

Ideologia	Opinião			Total
	Ruim	Média	Boa	
Direita	15,6%	13,3%	11,0%	13,7%
Centro	31,7%	30,9%	32,3%	31,3%
Esquerda	15,0%	28,5%	32,3%	24,8%
Independentes	37,7%	27,3%	24,5%	30,2%
Total	100% (366)	100% (638)	100% (155)	100% (1159)

Fonte: Cep

Nesta tabela observamos ao igual que a opinião da política da educação, a opinião sobre a saúde está muito bem avaliada pela esquerda, já que os eleitores concentram-se na boa opinião para com a saúde. A política social da saúde está muito bem avaliada pelos eleitores isto quer dizer que as políticas sociais que eram mais afetadas no governo anterior começam a ser destacadas no governo da Concertação.

TABELA 3 Opinião sobre política pública de POBREZA por Ideologia (Nov/1990)

Ideologia	Opinião			Total
	Ruim	Média	Boa	
Direita	14,5%	13,4%	7,7%	13,7%
Centro	33,0%	30,1%	23,1%	31,3%
Esquerda	19,1%	30,2%	35,9%	24,8%
Independentes	33,4%	26,3%	33,3%	30,1%
Total	100% (581)	100% (539)	100% (39)	100% (1159)

Fonte: Cep

Nesta tabela ratifica-se o que os eleitores de esquerda bem avaliando do novo governo de centro esquerda e a coalizão Concertação.

A percentagem de 35,9% nos mostra que os eleitores de esquerda e que avaliam a política da pobreza como bons são os eleitores de medianos que concordam novamente neste primeiro governo da coalizão que a decisão sobre as políticas públicas adotadas pelo governo estão num bom caminho e concordando com o programa de governo.

TABELA 4: Opinião sobre políticas sociais por Ideologia

Política Social	Opinião				Total
	Direita	Centro	Esquerda	Independentes	
Muito ruim (0)	14,6%	8,9%	3,5%	12,2%	9,3%
Ruim (1-3)	16,5%	17,8%	13,2%	24,1%	18,4%
Insuficiente (4)	27,8%	23,7%	17,7%	20,9%	21,9%
Media (5)	25,9%	32,9%	37,5%	27,9%	31,6%
Boa (6)	7,6%	11,4%	11,8%	9,6%	10,4%
Muito boa (7)	7,6%	5,3%	16,3%	5,2%	8,4%
Total	100,0% (158)	100,0% (359)	100,0% (288)	100,0% (344)	100,0% (1149)

Fonte: Cep

Deve-se dizer que as notas são de 0 a 7. 0 classificada como a pior nota e a nota 7 como a melhor. O interessante que resulta desta tabela é que a nota de 27,8% é uma nota boa dentro do espectro e que a nota 4, no setor da direita. Não é a melhor avaliação, mas não é uma nota ruim para as políticas sociais. O setor da esquerda dá uma nota 5 que corresponde a um 37,5% e isto concorda com a história chilena que se coloca no meio do centro político. Nesta tabela aparecem só os grupos em geral com a sua ideologia e não classificando-os dentro de um bloco.

5.6.2 Ano 1993

TABELA 5: Opinião sobre Ideologia por política pública de economia

Ideologia	Opinião			TOTAL
	Ruim	Media	Boa	
Direita	21,4%	23,6%	33,3%	24,6%
Centro	14,3%	14,6%	0,0%	12,7%
Esquerda	35,7%	23,6%	33,3%	26,3%
Independentes	28,6%	38,2%	33,3%	36,4%
Total	100,0% (14)	100,0% (89)	100,0% (15)	100,0% (118)

Fonte: Cep

O ano 1993 é o término do governo de Patricio Aylwin e o primeiro governo da Concertación, podemos observar nesta tabela que a opinião sobre a política econômica os eleitores de esquerda não aprovam satisfatoriamente com um 35,7%, mas também, não há tanta diferencia com a porcentagem boa de 33,3%, ambas avaliações são dadas pela esquerda. Isto nos demonstra que as políticas econômicas estão sendo bem aprovadas pelo próprio setor da Concertación que é o bloco maioritario.

TABELA 6: Opinião sobre Ideologia por política pública de Educação

Ideologia	Opinião			TOTAL
	Ruim	Media	Boa	
Direita	5,3%	25,0%	37,5%	23,5%
Centro	26,3%	9,5%	25,0%	14,3%
Esquerda	26,3%	27,4%	18,8%	26,1%
Independentes	42,1%	38,1%	18,8%	36,1%
Total	100,0% (19)	100,0% (84)	100,0% (16)	100,0% (119)

Fonte: Cep

Nesta tabela podemos apreciar que é a primeira tabela que nos mostra porcentagem divididas sobre a opinião de política de educação, os eleitores avaliam esta política como uma política media com um 27,4% dado pela esquerda e boa aparece dado pelo setor de centro com um 25,0% não é tanta a diferença, mas a diferença do primeiro período de governo desta vez aparece divididos os setores. Mas é a direita que dá a melhor avaliação com um 37,5%.

TABELA 7: Opinião sobre Ideologia por política pública de Saúde

Ideologia	Opinião			TOTAL
	Ruim	Media	Boa	
Direita	17,8%	26,5%	42,9%	24,2%
Centro	22,2%	4,4%	42,9%	13,3%
Esquerda	20,0%	32,4%	14,3%	26,7%
Independentes	40,0%	36,8%	0,0%	35,8%
Total	100,0% (45)	100,0% (68)	100,0% (7)	100,0% (120)

Fonte: Cep

A margem de aprovação da política de saúde é de 42,9%, sendo o centro que aprova esta proposta como boa, mas a diferença com o primeiro período da Concertación é quase da metade, pois no ano 1990 era de 81,4% aprovação da esquerda, agora as porcentagens começam a aparecer divididas para as políticas sociais. E o nível de reprovação pelo setor dos independentes mostra que não se está nada contente com a política seguida pela Concertación.

TABELA 8: Opinião sobre Ideologia por política pública de Pobreza

Ideologia	Opinião			TOTAL
	Ruim	Media	Boa	
Direita	29,4%	15,6%	28,6%	24,2%
Centro	14,7%	13,3%	0,0%	13,3%
Esquerda	23,5%	26,7%	42,9%	25,8%
Independentes	32,4%	44,4%	28,6%	36,7%
Total	100,0% (68)	100,0% (45)	100,0% (7)	100,0% (120)

Fonte: Cep

Para terminar a terceira política social como a anterior, também, aparece com uma porcentagem de 42,9% sendo que no ano 1990 esta contava com um apoio de 86,2%. É interessante observar aqui que tanto a direita com um 28,6% e os independentes no outro extremo tem a mesma porcentagem de avaliação.

TABELA 9: Opinião sobre Ideologia por Políticas Sociais (Nov/1993)

Identificação	Opinião				total
	Direita	Centro	Esquerda	Independentes	
Muito ruim	3,4%	31,3%	16,1%	15,9%	15,0%
ruim	20,7%	25,0%	9,7%	18,2%	17,5%
Insuficiente	24,1%	12,5%	25,8%	27,3%	24,2%
Media	44,8%	6,3%	38,7%	34,1%	34,2%
Boa	0,0%	6,3%	3,2%	2,3%	2,5%
Muito Boa	6,9%	18,8%	6,5%	2,3%	6,7%
Total	100,0%(29)	100,0%(16)	100,0%(31)	100,0%(44)	100,0%(120)

Fonte: Cep

Devemos dizer que nesta tabela o apoio de um 44,8% dado pela ideologia de direita as políticas sociais com uma nota media, quer dizer, que isto não está ruim para o governo da Concertación para quem esta coalizão de direita é seu máximo inimigo ideológico.

5.6.3 Ano 1999

TABELA 10: Opinião sobre Política Social de Educação por Ideologia

Ideologia	Opinião			Total
	Ruim	Media	Boa	
Direita	20,2%	13,0%	11,2%	13,7%
Centro	27,2%	34,3%	25,9%	31,3%
Esquerda	12,7%	22,7%	39,4%	24,9%
Independentes	39,9%	30,1%	23,6%	30,1%
Total	100,0%(173)	100,0%(724)	100,0%(259)	100,0%(1156)

Fonte: Cep

Nesta tabela observamos que o eleitor mediano concentra-se no setor da esquerda, e estando acumulados neste setor, estes são muito bem avaliados com um 39,4%

TABELA 11: Opinião sobre Política Social de Pobreza por Ideologia

Ideologia	Opinião			Total
	Ruim	Media	Boa	
Direita	14,5%	13,4%	7,7%	13,7%
Centro	33,0%	30,1%	23,1%	31,3%
Esquerda	19,1%	30,2%	35,9%	24,8%
Independentes	33,4%	26,3%	33,3%	30,1%
Total	100,0%(581)	100,0%(539)	100,0%(39)	100,0%(1159)

Fonte; cep

Nesta tabela podemos observar que a avaliação da política pública de pobreza baixo na sua avaliação de 42,9% do anterior governo para um 35,9% de boa avaliação. E os que achavam a política publica de pobreza, também, diminuíram com um 23,5% do governo anterior. E avaliação boa na direita diminuiu significativamente, pois antes era de um 28,6% agora aparece com um 7,7%, quer dizer, que diminuíram as pessoas desse setor que achavam a política de pobreza boa e, os independentes que antes apareciam com um 28,6% agora, subiram para um 33,3%.

5.8.4 Ano 2005

TABELA 12: Opinião sobre Identificação por coalizão por Ideologia

Ideologia	Com qual se identifica ou simpatiza mais o Senhor/a?				Total
	Alianza	Concertación	Pacto Junto Podemos	Nenhuma delas	
Direita	82,0%	16,3%	20,20%	23,2%	37,4%
Centro	13,6%	22,2%	21,20%	42,1%	21,3%
Esquerda	2,8%	57,6%	56,60%	18,9%	37,2%
Independentes	1,6%	4,0%	2,00%	15,8%	4,2%
Total	100,0%(316)	100,0%(523)	100,0%(99)	100,0%(95)	100,0%(1033)

Fonte: Cep

É interessante que no quarto período da Concertación as pessoas identifiquem a coalizão com a esquerda, o eleitor mediano concentra-se neste

campo com um 57,60% algo que desde o início, ano 1989, poderia ter mudado devido as políticas econômicas que adotaram os governos, mas não continua igual. Analisamos isto porque a coalizão está constituída de vários tipos ideologias que poderiam ter optado por mudar esta categorização, quer dizer, que a questão ideológica é forte para este ano de 2005.

TABELA 13: Opinião sobre G. Social e Econômica por Ideologia.

G. Social e Econômica					
Ideologia	A/B/C1	C2	C3	D/E	Total
Direita	42,0%	41,9%	36,3%	35,4%	36,9%
Centro	28,0%	25,0%	19,8%	22,8%	22,2%
Esquerda	23,2%	28,2%	41,7%	36,0%	36,6%
Independentes	5,4%	4,8%	2,2%	5,8%	4,2%
Total	100,0%(56)	100,0%(124)	100,0%(410)	100,0%(469)	100,0%(1059)

Fonte: Cep

À medida que passa o tempo a direita mais confia no governo da Concertación alcançando um 42,9% na direita o mais alto apoio da direita ao governo, mas o eleitor mediano, também, se encontra na direita com um 28,6% de apoio. O eleitor mediano de todas as tendências ideológicas está no centro. Mas quem da mais apoio a Concertación é a classe media baixa com um 41,7%, junto com ser um sector de esquerda esquerda o que torna mais interessante esta aprovação.

TABELA 14: Opinião sobre Candidato que lhe parece estar mais capacitado para enfrentar o tema de saúde por Ideologia

Ideologia	Candidato que lhe parece estar mais capacitado para enfrentar o tema de saúde				Total
	Michelle Bachelet	Joaquín Lavín	Sebastián Piñera	Tomás Hirsch	
Direita	17,4%	71,7%	60,8%	14,8%	37,3%
Centro	23,5%	18,9%	18,1%	25,9%	21,5%
Esquerda	54,7%	5,2%	19,1%	59,3%	37,5%
Independentes	4,4%	4,2%	2,0%	0,0%	3,8%
Total	100,0%(574)	100,0%(212)	100,0%(199)	100,0%(27)	100,0%(1012)

Fonte: Cep

A direita nesta eleição se apresentou dividida, a extrema direita com o candidato Joaquín Lavín com 71,70% e a centro direita com o candidato Sebastián Piñera com um 60,80% de apoio para o tema da saúde como política publica e o candidato Tomás Hirsh de o Partido Humanista com um 59,30% um alto apoio e por último a candidata da Concertación com um 54,70% de apoio. Mas igual perdendo para o candidato independente. O menor apoio para a candidata da Concertación, talvez, foi porque ela foi ministra de saúde e isto ao invés de lhe favorecer a prejudicou um pouco.

TABELA 15: Opinião sobre Candidato que lhe parece estar mais capacitado para enfrentar o tema de Educação por Ideologia

Ideologia	Candidato que lhe parece estar mais capacitado para enfrentar o tema de Educação				Total
	Michelle Bachelet	Joaquín Lavín	Sebastián Piñera	Tomás Hirsch	
Direita	13,9%	72,0%	60,4%	13,3%	37,8%
Centro	23,3%	19,2%	19,2%	16,7%	21,2%
Esquerda	58,8%	4,7%	16,8%	70,0%	37,2%
Independentes	3,9%	4,2%	3,6%	0,0%	3,8%
Total	100,0%(510)	100,0%(214)	100,0%(250)	100,0%(30)	100,0%(1004)

Fonte: Cep

Ocorre a mesma coisa que com a política de saúde o menor apoio o obtém a candidata da Concertación e Tomás Hirsch do Partido Humanista consegue mais apoio nesta política pública de educação.

TABELA 16: Opinião sobre Candidato que lhe parece estar mais capacitado para enfrentar o tema de saúde por Identificação.

Identificação	Candidato que lhe parece estar mais capacitado para enfrentar o tema de Saúde				Total
	Michelle Bachelet	Joaquín Lavín	Sebastián Piñera	Tomás Hirsch	
Direita	9,1%	50,7%	42,0%	12,1%	24,6%
Centro	61,9%	14,2%	21,0%	27,3%	42,7%
Esquerda	7,7%	5,6%	7,8%	45,5%	8,3%
Independentes	21,2%	29,5%	29,2%	15,2%	24,4%
Total	100,0%(712)	100,0%(268)	100,0%(257)	100,0%(33)	100,0%(1270)

Fonte: Cep

Nesta tabela podemos observar ao candidato Joaquín Lavín com 50,70% de apoio e se desmarcando do candidato da centro direita, Sebastián Piñera com 21,00% companheiro de coalizão nas eleições passadas, nesta oportunidade aparecem separados. Nesta oportunidade a Concertación aparece com um 61,90% e junto à coalizão de esquerda Juntos Podemos com um 45,50% conseguem a maioria nesta área tão difícil de saúde pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CRÔNICA DE UMA MORTE ANUNCIADA...

A Concertación não só devolveu ao Chile à democracia, mas também tornou um país menos pobre e organizado no dia-a-dia; reduzir a pobreza foi o grande mérito da Concertación. Foi re-estabelecido tudo o que é necessário para um sistema democrático: os atores políticos voltaram a funcionar, com cidadania, partidos políticos, liberdade política, institucionalidade, e o mais importante: uma estabilidade democrática da qual os chilenos sentiam muita falta. Já não era mais possível viver entre as penumbras de um sistema ditatorial que era repudiado no mundo inteiro.

O sistema binominal, ao longo dos anos, permitiu que a democracia funcionasse com muito esforço; o sistema é estável, mas esta estabilidade não permite a renovação dos políticos, pois os que se elegem permanecem por longo tempo no poder, e talvez seja isto uma das maiores falências deste sistema eleitoral. O sistema binominal parece conviver com a democracia chilena de boa forma, mas para driblar este sistema e manter-se no poder, a Concertación e a esquerda extra-parlamentar fizeram um acordo para poder ganhar mais espaço no espectro dos votos.

Na verdade, o sistema binominal permite às coalizões governar sem necessidade de trocar as lideranças, pois estas coalizões se fortalecem e permitem aos partidos pequenos entrar no esquema e influenciar políticas de governo para poder continuar com o sistema da coalizão, pois esta é a forma atual de governar no mundo. Os candidatos dos partidos não se renovam porque estes privilegiam os candidatos fortes, que já tenham sido eleitos antes, e assim ter mais chances de eleger um dos dois candidatos que lhes permite o binominalismo dentro de um distrito.

O mais grave deste sistema é que as porcentagens de eleitores que comparecem às urnas têm diminuído aos níveis que se tinha antes da ditadura, cerca de 35%. As pessoas não estão votando e a falta de interesse na política por parte dos jovens cresce, mas também é verdade que a incerteza de quem vai ganhar realmente faz com que as pessoas pelo menos pensem em ir votar.

A incerteza apareceu agora neste ano de 2010 com mais intensidade, com a formação de um partido sem base que cresceu, cuja candidatura que até poucos meses antes não tinha possibilidades tornou-se viável. Este novo partido conseguiu tomar o poder da Concertación, mas foi a falta de democracia no interior da coalizão que permitiu que isto acontecesse.

A crônica de uma morte anunciada era sabida pela maioria dos eleitores, que permaneciam com suas expectativas de resultados, enquanto os partidos políticos da Concertación não souberam ler o que a população queria desde 2006, quando se vinha gestando esta inconformidade. As ações individuais dos atores políticos tiveram mais peso que os projetos sociais dos partidos e assim os eleitores foram se desencantando com a política da Concertación. Sinais foram emitidos pela população, mas não foram lidos, por exemplo: a manifestação dos pingüins, o TranSantiago, a dívida histórica dos professores, a educação em geral, a desigualdades sociais. Para piorar, Michelle Bachelet não governou com os partidos políticos, porque estes mesmos não souberam dialogar com a presidente recém-chegada ao poder.

O momento conjuntural e político de 2009 esteve muito propício para o candidato de centro-direita, já que para ninguém era segredo o deterioramento da Concertación, o que ficou mais explícito com a saída de Marco Enriquez-Ominami do partido socialista e da Concertación. Enquanto a Concertación discutia internamente, Marco Henriquez-Ominami juntava assinatura para criar um partido e candidatar-se a presidente da república, objetivo que conseguiu. Posteriormente foi o senador Navarro que também fez o mesmo, e assim ambos estimularam a fragmentação da coalizão.

Mas não foi só este o sintoma de que as coisas iam mal. Isto também ficou demonstrado nas primárias frustradas para a eleição do candidato da Concertación, que foram feitas em duas regiões pouco significativas e que acenderam a luz vermelha para a falta de democracia no interior dessa coalizão.

O candidato Piñera, da coalizão “Alianza por Chile”, com uma campanha muito atraente e que soube aproveitar simultaneamente o descontentamento da população pela Concertación e o apreço da mesma população pela

presidente Bachelet. Piñera soube se pôr como o continuador da presidente e não como um oponente, o que caiu na simpatia dos eleitores, que finalmente o escolheram como o presidente do Chile para o período 2010- 2013. Os chilenos, cansados do estilo da Concertación, escolheram o *cambio*, Sebastian Piñera soube muito bem se colocar como essa pessoa renovadora, mas não confrontacionista ao sistema político imperante até hoje no Chile.

No início desta pesquisa, pensávamos que tinham sido as políticas sociais as responsáveis por manter a Concertación no poder, mas com o passar das leituras descobrimos que foi um processo de concentração da renda que terminou pondo no “Palacio de La Moneda” o candidato da de centro-direita. A perda de votos em distritos emblemáticos da Concertación em Santiago e eleitores fiéis da direita nos bairros ricos terminaram por tirar a Concertación de “La Moneda”

A Concertación foi perdendo seu apelo popular. O eleitor de classe média não apoiou a Concertación, pois mesmo aumentando seu patrimônio sentem-se cansando de pagar impostos que financiam os mais pobres. Houve a diminuição de votos concertacionistas nos bairros populares, por exemplo, “Cerro Navia”, que nesta última eleição passou a ser um distrito de apoio à Alianza por Chile. A classe média foi a que fez a Concertación perder, pois, votou pela Alianza por Chile.

Devemos pensar que as políticas públicas chilenas que ajudam a integrar a sociedade, reduzir a pobreza, ampliar a educação e promover a saúde não podem ser implementadas em um prazo curto, como um pacote de políticas assistencialista que não servem para que os chilenos melhorem como sociedade em geral. Mas os governos da Concertación, assim como o governo da Alianza, continuam implementando este tipo de políticas que não ajudam a transformação dos seres humanos em geral.

A partir destas reflexões que se foram gestando nesta dissertação, tendo como referencial teórico a teoria racional sobre o comportamento do eleitor, acredita-se na relevância das políticas públicas e seu processo decisório no ambiente nacional vivido durante a época da Concertación. A acertada escolha de políticas públicas pode levar um governo ao sucesso eleitoral, e políticas

mal escolhidas podem levar os cidadãos a buscar alternativas ao governo de sempre.

. Este processo de deterioração interna da Concertación terminava aos berros em uma disputa entre o candidato Juan Antonio Gomez (PRSD) e o senador e presidente do PS, Camilo Escalona. Certamente isto indicava um mau início da campanha eleitoral, pois impediu aos militantes dos quatro partidos da coalizão escolherem democraticamente o candidato presidencial no interior da Concertación. Soma-se a isto outros fatos que aconteceram no mesmo governo, como a falta de visão na negociação com os professores e a questão que Bachelet não governou com os partidos. Os dirigentes e participantes da Concertación foram ficando cada vez mais longe da população, já que estes não andavam no TranSantiago (questão traumática para os passageiros dos ônibus públicos de Santiago) nem mandavam os filhos aos colégios públicos (pois cada vez mais a educação pública é um desastre). Tudo isso foi descolorindo o arco-íris, ícone feliz com que a Concertación trouxe de volta a democracia ao Chile.

No ambiente do Chile a teoria de Downs dá certo, já que os eleitores escolheram a proposta de governo mais próxima dos seus interesses, daí o grande acerto da centro-direita que soube propor dentro de uma variedade de políticas públicas as mais próximas daquelas desejadas pelo conjunto dos cidadãos. Para poder alcançar seu objetivo, foi planejada uma campanha na qual se pensou em tudo, inclusive se testaram os *spots* que Barack Obama usou na sua campanha, uma palavra cheia de sentido para aquela oportunidade e que é muito significativa: “Cambio”.

Para análise desta pesquisa, observou-se que o voto feminino foi determinante, pois, as mulheres são mais persistentes e assíduas na hora de ir votar. Das 19 “circunscripciones” chilenas, 12 votaram em Piñera e dessas 12 circunscripciones, 9 delas foi o voto feminino que determinou a vitória do candidato da Alianza no ano de 2010.

Ao analisar este trabalho e seu processo histórico nos parece que a coalizão Concertación volta a repetir o mesmo erro do golpe militar do ano 1973. Certamente não da mesma forma traumática, mas foram as diferenças

internas e pessoais e o egocentrismo de alguns dirigentes políticos que levaram ao golpe militar, e os mesmo fatores hoje em plena democracia levam a Concertación a deixar escapar o quinto período de governo, por birras internas de partidos não amadurecidos.

Ninguém sabe direito o que vai acontecer depois desta troca de coalizão e depois do quinto terremoto mais forte da história da humanidade no Chile. O futuro está aí para nos mostrar a renovação e se a Concertación sabe se instalar nesta nova etapa da política chilena e reciclar suas ideias políticas.

Acreditava-se que a perda do governo pela Concertación levaria a uma intensiva e veloz reformulação da coalizão, mas o que se vê neste momento não é uma de reformulação mas uma morte lenta. A antiga oposição está hoje no poder a reformular-se e levando adiante um governo de centro-direita depois de 52 anos ausente do poder.

O importante nesta discussão é que mesmo assumindo o governo a centro-direita, a população se deu conta que não vai ficar observando a paisagem política submissamente para que o presidente e seu ministério façam as reformas e executem o seu plano de governo do jeito de que eles quiserem. No Chile, hoje, há uma nova transformação por parte da população, que procurar ficar atenta às reformas importantes das quais o país precisa. Para isto servem as políticas sociais bem definidas, bem pensadas para execução em longo prazo, para que o país possa crescer solucionando problemas de maneira não imediatista.

REFERÊNCIAS

- ARAYA, Iván. **Oligopolios y farmacias**. Diario Concepción, Concepción, disponível em: <<http://www.diarioconcepcion.cl>>. Acesso em: 29 nov. 2008, Chile.
- AYLWIN, Patrício. [Programa de governo de Patricio Aylwin]. [s.l.]:[s.n.], 1989.
- BACHELET, Michelle. [Programa de governo de Michelle Bachelet]. [s.l.]:[s.n.] 2005.
- BELLO, Pablo. **La Concertación y la necesidad de volver a las fuentes**. Jornal El Mostrador, Santiago, disponível em: <<http://www.elmostrador.cl/opinion/2010/02/09/la-concertacion-y-la-necesidad-de-volver-a-las-fuentes>>, Acesso em: 9 fev. 2010. Chile.
- BONILLA, Claudio; SILVA, Ernesto. **Re-visitando la Teoría Espacial del Voto**, Estudios Públicos, Santiago. p.109. 2008.
- BONILLA, Claudio; GATICA, Leonardo. **Una nota sobre la Teoría Espacial del Voto**. Estudios Públicos, p.102. 2006.
- CAREY, John. **Las Virtudes del Sistema Binominal**. Dartmouth College, Estados Unidos. REV. DE CIENCIA POLITICA / volumen 26 / Nº 1 / 2006 / p. 226 - 235
- DALH, Robert. **Poliarquia**. São Paulo. Ed. Edusp. 2005
- DOWNS, Anthony. **Uma Teoria Econômica da Democracia**. São Paulo. Ed. Edusp. 1999.
- Encuestas Electorales, Santiago, Chile: Centro de Estudios Públicos, 1990,1993,1999,2005.
- FIGUEROA, Pedro et Al. **Sistema Electoral Binominal**. Santiago. Universidad de Chile. Documento de trabajo nº 86. 2007.
- FIGUEIREDO, Marcus. **A Decisão do Voto: democracia e racionalidade**. Belo Horizonte. Ed.UFMG. 2008.
- FREI, Eduardo. [Programa de governo de Eduardo Frei]. [s.l.]:[s.n.],1993.
- GANDASEGUI, Marco. **El Neoliberalismo ha muerto**. Disponível em: <<http://radioinformaremosmexico.wordpress.com/2010/03/14/el-neoliberalismo-ha-muerto-marco-gandasegui>>. Acesso em: 13 março 2010. Ciudad de México. México.
- GODOY, Oscar et al. **Por qué ganó el no?**. Centro de Estudios Públicos. 1989. Santiago. Chile.
- HINICH, Melvin. **La Tradicional Contienda Izquierda Derecha irá perdiendo importancia**. Disponível em: <<http://www.papeldigital.info/ltrep/index.html?2009112201>>. Acesso em: 22 nov. 2009. Santiago. Chile. (pág. 16)
- HUNNEUS, Carlos. Las coaliciones de partidos: un nuevo escenario para el sistema partidario chileno? **Revista Política**, Santiago, v. 45, p. 67-86, 2005.

JOIGNANT, Alfredo. ...<disponível em:

<http://www.expansivaudp.cl/biblioteca/audio/?iund=361>>. Acesso em: 12 julho 2009. Santiago. Chile.

LAGOS, Ricardo.[Programa de governo de Ricardo Lagos Escobar]. [s.l.]:[s.n.] 1999.

LETELIER, Leonardo. **Las elecciones presidenciales y el votante mediano**. Centro de Estudios Públicos, Universidad de Chile. Santiago. 2009

LONDREGAN, John. **Legislative institutions and ideology in Chile**. ED. Cambridge University Press. 2007.

MAGAR, Eric ET AL. **On the absence of centripetal incentives in double-member districts: The case of Chile**. Department of Political Science University of California at San Diego. July 15, 1997

MUÑOZ GOMÁ, Oscar. **El modelo económico de la Concertación 1990-2005: reformas o cambio?** Santiago: Catalonia, 2007.

NAVIA, Patricio. **El genoma electoral chileno**. Ed. Universidad Diego Portales. Santiago, 2009.

NAVIA, Patricio. **Concertación y re-encantación**. Disponível em:

<http://blog.latercera.com/blog/pnavia/entry/concertaci%C3%B3n_y_re_encantaci%C3%B3n> Acesso em: 11 abril 2010. Santiago. Chile.

NOHLEN, Dieter. **La reforma del sistema binominal desde la perspectiva comparada**. Disponível em: < http://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0718-090X2006000100012&script=sci_arttext >. Acesso em: revista de ciencia política / volumen 26 / Nº 1 / 191 – 202. 2006. Santiago. Chile.

PANEBIANCO, Ângelo. **Modelos de partidos: Organização e Poder nos Partidos Políticos**. Ed. Martins Fontes. São Paulo. 2005.

PENNA, Nicolás. **El crecimiento económico de Chile 1990-2009**. Disponível em: <<http://dilo.cl/2009/12/el-crecimiento-economico-de-chile-1990-2009-1/>>. Acesso em: 26 dez. 2009. Santiago. Chile.

PIÑERA, Sebastián. [Programa de governo de Sebastián Piñera]. [s.l.]:[s.n.] 2005.

PIÑERA, Sebastián. **Presidente PIÑERA anuncia reformas políticas y corre agenda hacia el centro**. Santiago, disponível em: <

<http://www.elmostrador.cl/noticias/pais/2010/05/14/pinera-anuncia-reformas-politicas-y-corre-la-agenda-hacia-el-centro> >. Acesso em: 10 maio 2010.

SALAS, Carlos. **El sistema binominal chileno: entrevista a uno de SUS autores**. Santiago, disponível em: <<http://www.carlossalas.com/wordpress/?p=38>>. Acesso em: 25 nov. 2006.

SIAVELIS, Peter. **La lógica de la selección de os candidatos en las elecciones parlamentarias chilenas**. Santiago. Estudios Publicos nº 98. 2005.

SUNKEL, Osvaldo. **Ensaio sobre as grandes mudanças da política econômica chilena e seus legados.** Brasília. Diplomacia, Estratégia e Política. N° 8. 2007.

TIRONI, Eugenio. Ed. 2000. Pág

TORO, Sergio; GARCIA Daniela. **Mecanismos de selección de candidatos para el poder legislativo: un examen a las lógicas de mayor y menor inclusión.** Cieplan. Santiago. 2008

<http://www.duna.cl/web/archivos/intensidad-en-el-congreso>

<http://www.elmostrador.cl/index.php?/noticias/articulo/gonzalo-martner-desliza-posible-apoyo-a-meo-y-critica-la-actual-direccion-d/>

<http://books.google.cl/books?id=aWnD1cMOKpkC&pg=PA91&dq=partidos+politicoy+el+vot+ante+mediano+chileno&ei=WQqTS-CCMKOEywSM7cDNBg&cd=2#v=onepage&q=&f=false>

Sebastián Edwards (papel digital, reportajes, La Tercera, 29-11-09)

<http://www.duna.cl/web/archivos/efecto-invernadero-260310/> (ministro kast)

<http://www.elmostrador.cl/opinion/2010/02/09/la-concertacion-y-la-necesidad-de-volver-a-las-fuentes>

http://www.poder360.com/article_detail.php?id_article=3796

<http://www.elmostrador.cl/noticias/pais/2011/09/05/pinera-y-proyecto-de-primarias-%E2%80%99Cdemocracia-esta-dando-gritos-de-fatiga-y-pidiendo-desesperadamente-auxilio%E2%80%9D/>